

PEQUENO EXPEDIENTE
(ABERTURA DA SESSÃO)

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Invocando a proteção de Deus, e em nome do povo de Mato Grosso, declaro aberta esta Sessão Ordinária.

(PRIMEIRA PARTE – LEITURA DA ATA)

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Convido o Deputado Pedro Satélite para assumir a 1ª Secretaria e o Deputado Valdir Barranco para assumir a 2ª Secretaria. (OS SRS. DEPUTADOS PEDRO SATÉLITE E VALDIR BARRANCO ASSUMEM A 1ª E 2ª SECRETARIAS, RESPECTIVAMENTE.).

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Peço ao Deputado Valdir Barranco que faça a leitura da Ata.

(O SR. 2º SECRETÁRIO PROCEDE À LEITURA DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 20 DE ABRIL DE 2022, ÀS 10H20MIN.).

O SR. 2º SECRETÁRIO (VALDIR BARRANCO) - Lida a Ata, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Em discussão. Encerrada a discussão, os que aprovam a Ata permaneçam como estão. (PAUSA) Aprovada.

Secretaria de Serviços Legislativos

(PRIMEIRA PARTE – EXPEDIENTE)

Assembleia Legislativa

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Peço ao Sr. Deputado Pedro Satélite que proceda à leitura do expediente.

O SR. 1º SECRETÁRIO (PEDRO SATÉLITE) PROCEDE À LEITURA DO EXPEDIENTE – Ofícios n°s 7.982, 8.002 e 8.058/2022, da Secretaria de Estado de Educação; Ofícios n°s 202, 204, 207, 208, 209, 232 e 233/2022, do Gabinete do Senador Carlos Fávaro; Ofícios n°s 2.612, 2.625, 2.640, 2.641, 2.649, 2.650, 2.651, 2.654, 2.656, 2.673, 2.674, 2.690, 2.691, 2.693 e 2.703/2022, da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística; Ofícios n°s 214, 215, 216 e 217/2022, da Casa Civil; Ofício n° 25.909/2022, do Tribunal de Contas da União; RDG 0037/2022, da Rota dos Grãos; Ofício n° 133/2022, da Câmara Municipal de Chapada dos Guimarães; Ofício n° 200/2022, da Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Cultura; Ofícios n°s 395 e 409/2022, da Secretaria de Estado de Esporte e Lazer; Ofício Circular n° 02/2022, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico; Ofício n° 994/2022, do Instituto de Defesa Agropecuária do Estado de Mato Grosso; Ofício n° 3.694/2022, da Secretaria de Estado de Saúde; Ofício n° 862/2022, Instituto de Terras do Estado de Mato Grosso; Ofício n° 1.989/2022, da Secretaria de Estado de Meio Ambiente; Ofício da Concessionária da APASI; Ofício n° 106/2022, do Governo do Estado, encaminhando o Veto Integral apostado ao Projeto de Lei n° 453/2019; Ofício n° 107/2022, do Governo do Estado, encaminhando o Veto Integral apostado ao Projeto de Lei n° 16/2021; Ofício n° 108/2022, do Governo do Estado, encaminhando o Veto Integral apostado ao Projeto de Lei n° 767/2020; Ofício n° 109/2022, do Governo do Estado, encaminhando Mensagem

nº 108/2022; Ofício nº 110/2022, do Governo do Estado, encaminhando o Veto Parcial, aposto ao Projeto de Lei nº 643/2020; Ofício nº 111/2022, do Governo do Estado, encaminhando o Veto Integral aposto ao Projeto de Lei nº 1.196/2021; Ofício nº 113/2022, do Governo do Estado, encaminhando o Veto Integral aposto ao Projeto de Lei nº 133/2021; Ofício nº 112/2022, do Governo do Estado, encaminhando o Veto Integral aposto ao Projeto de Lei nº 966/2020; Ofício nº 114/2022, do Governo do Estado, encaminhando o Veto Integral aposto ao Projeto de Lei nº 897/2021.).

Lido o Expediente, Presidente.

(SEGUNDA PARTE – APRESENTAÇÃO DE PROPOSIÇÕES)

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Lido o expediente.

Obrigado, Deputado Pedro Satélite.

Encerrada a primeira parte, passemos à segunda parte do Pequeno Expediente.

Vamos abrir as inscrições para o Pequeno Expediente.

Primeiro inscrito, Deputado Delegado Claudinei, depois os Deputados Gilberto Cattani, Carlos Avallone, Dr. Gimenez.

Tem mais alguém? Deputados Valdir Barranco e Lúdio Cabral. Mas alguém?

Deputado Delegado Claudinei, a palavra está com Vossa Excelência.

O SR. DELEGADO CLAUDINEI - Bom dia, colegas Deputados, pessoal presente acompanhando ao vivo em nossas galerias; pessoal que acompanha nas redes sociais, sociedade de Mato Grosso.

Requerimento de informações ao Secretário de Planejamento do Estado, ao Governador, para informações a respeito das nomeações dos candidatos convocados na data de 29 de março de 2022, de acordo com o Diário Oficial do Estado nº 28.214, edição extra, para preenchimento de vagas no Sistema Penitenciário de Mato Grosso, de acordo com o edital nº 01/2016, da antiga SEJUD.

Em outubro de 2021 foi anunciado pelo Governo do Estado convocação de 160 policiais penais, mas apenas 112 candidatos foram chamados.

Em 29 de março de 2022 ocorreram as novas convocações para essas 58 vagas restantes. O problema é que até agora esses cinquenta e oito não foram convocados, não foram nomeados. Então, queremos explicações do Governo do Estado, do Secretário de Planejamento.

Nos últimos dias tentei falar com ele, com o Secretário Basílio, que não me deu retorno. Então, estou formalizando esse Requerimento para que o Governo do Estado nomeie esses cinquenta e oito, e quem sabe aproveite essas nomeações e nomeie mais uns duzentos logo, porque o sistema penitenciário do Estado de Mato Grosso está em situação precária também na questão de efetivo. Praticamente todas as cadeias, penitenciárias e unidades prisionais de Mato Grosso estão com déficit de efetivo e prejudica muito, tanto a própria segurança dos presos, dos recuperando. Tivemos mortes recentes na Mata Grande, esta semana mataram mais um lá, mais um preso. O pessoal no plantão não dá conta de vigiar todas essas celas no sistema penitenciário, como ocorreu na Mata Grande, ocorre aqui na Penitenciária Central do Estado e outras penitenciárias, como Sinop e Água Boa.

Então, nós precisamos aumentar urgente esse efetivo da Polícia penal para aumentar também a fiscalização na entrada de objetos, inclusive semana passada estive aqui na

Secretaria Adjunta, Secretaria de Administração Penitenciária do Estado, fazendo a entrega de equipamentos.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Mais um minuto.

O SR. DELEGADO CLAUDINEI - Fiz a entrega na semana passada desses detectores, banquetas e raquetes para serem distribuídos em todo o sistema penitenciário de Mato Grosso, uma emenda nossa que foi paga, esses produtos já foram adquiridos pelo Governo do Estado e já estão sendo distribuídos aqui em Mato Grosso para o sistema penitenciário.

Só que não adianta termos esses equipamentos detectores de metais, se não tivermos pessoal para utilizar, principalmente essas raquetes corporais na entrada do sistema penitenciário para evitar a entrada de celulares e até armas, armas brancas e outras armas para dentro do sistema penitenciário.

Então, peço esse apoio novamente, encarecidamente ao Governo do Estado para que nomeie esse pessoal de forma urgente desse último concurso da Polícia Penal.

Obrigado!

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Próximo inscrito, o Deputado Gilberto Cattani.

O SR. GILBERTO CATTANI – Obrigado, senhor Presidente.

Gostaria de cumprimentar a todos os nossos Pares, também cumprimentar o pessoal do Pantanal que está aí hoje numa expectativa de que esta Casa devolva a eles seu direito de produzir.

Obrigado pela presença dos senhores.

Agradeço a presença do Vereador Lucas, de Nova Canaã, que tem orgulho de usar chapéu, um dos vereadores mais novos do nosso Estado, Presidente da Câmara na sua cidade, que tem feito um excelente trabalho.

Obrigado pela presença, Lucas, nesta Casa de Leis.

Também o nosso amigo Rivaldo Chamisk, que tem trabalhado incansavelmente na questão da Rodovia MT-010, de forma voluntária, tem feito a grande diferença.

Chamisk, obrigado por comparecer hoje nesta Casa.

Obrigado, meu amigo Chico Tangará, por também estar presente.

Senhor Presidente, eu só tenho aqui dois Requerimentos que eu gostaria apresentar a esta Mesa.

Primeiro, requeiro ao Presidente da República que designe aqui para o Estado o senhor Luiz Antônio Bangarcia, que é o Secretário de Assuntos Fundiários do Mapa, senhor Presidente, para ir ao Assentamento Itanhangá para resolver um problema crônico que se instalou ali em que produtores rurais que estão lá há mais de 25 anos estão sendo retirados das suas propriedades, já com títulos expedidos, com pagamento de parcela com baixa de cláusula resolutive estão sendo vilipendiados seu direito de propriedade.

Então, solicitamos a esta Casa que nos ajude enviando este Requerimento ao presidente da República para que ele venha com urgência para o Estado de Mato Grosso.

Outro Requerimento, senhor Presidente, estou requerendo uma Audiência Pública na sala das Comissões aqui, 202, no dia 30 de julho, para que possamos debater sobre as Emendas Parlamentares destinadas aos setores da cultura e eventos turísticos.

Se nós continuarmos, senhor Presidente, sendo restringidos no nosso direito de direcionar nossas emendas para o setor da cultura, por meio de investigações, quando for no ano que vem ninguém mais desta Casa vai dar dinheiro para a cultura, a cultura vai morrer. E a cultura, quando destinamos, por exemplo, como foi agora no caso da Marcha para Jesus, as pessoas vêm

para a cidade, elas utilizam veículos, elas comercializam combustível, elas se alimentam, elas geram um movimento à economia local. Então, é muito necessário que se discuta sobre isso.

Seria só para o momento, senhor Presidente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – *Ok*, Deputado Gilberto Cattani.

Eu acho que essa questão das Emendas Parlamentares até agora são legais, não tem nada de ilegal nessas emissões, nessas destinações, mas a discussão sempre é boa.

Deputado Paulo Araújo, o Deputado Paulo.

O SR. PAULO ARAÚJO - Bom dia, Deputados, meu amigo e parceiro, Deputado Eduardo Botelho, que está feliz no dia de hoje, sua cara está boa.

Presidente, percebe-se que Vossa Excelência está superfeliz hoje.

Em seu nome cumprimento todos os Deputados, os servidores da Casa, a imprensa e todos que nos acompanham aqui pela plenária, em nome do prefeito Tatá, Prefeito de Poconé.

Desde já me comprometo, Tatá, com as lideranças de Poconé, votando a favor do projeto de lei da substituição de pastagens.

Pode contar conosco, um pedido seu pedido, um pedido de várias lideranças, do Vereador Benedito Aurélio, também daquele município.

Podem contar conosco. Vou votar a favor.

Uso deste expediente, nobre Presidente, para dizer principalmente à comunidade Sucuri/Guia, da MT-400, Presidente Deputado Eduardo Botelho, Vossa Excelência junto comigo, depois de muita luta e de muitas promessas - Deputado Lúdio Cabral, Vossa Excelência que tem base eleitoral aqui em Cuiabá -, a MT-400 é a antiga estrada da Guia, Sucuri/Guia, eu e o Presidente Eduardo Botelho, juntamente com o Senador Carlos Fávaro, o Governador Mauro Mendes, conseguimos articular e amanhã será licitação, Presidente Eduardo Botelho, são 21 quilômetros de asfalto que vão integrar aquela região, que é para praticamente a região central de Cuiabá, que vai viabilizar aquela região, que vai dar um *boom* econômico naquela região, que vai interligar e vai desafogar a MT-010, Deputado Eduardo Botelho.

Nós estamos aqui discutindo a MT-010, Deputado Ulysses Moraes, que é um fluxo, que é muito grande, e vamos ter outra via de acesso, que vai cortar parte dentro do bairro Santa Rosa, que vai interligar à Perimetral, no Centro de Cuiabá.

Então, quero aqui agradecer ao Governador Mauro Mendes.

Vossa Excelência, Deputado Eduardo Botelho, quando começamos a discutir, quando fizemos aquela promessa para aquela região, eu fui diretamente a Vossa Excelência e falei: Deputado Eduardo Botelho, nós precisamos colocar recursos financeiros para poder viabilizar. E Vossa Excelência destinou uma parte de emenda, anulou uma parte do orçamento da Assembleia para dar as condições para o governo poder licitar - são 21 quilômetros.

Eu digo que são 21 quilômetros, Deputado Wilson Santos, Vossa Excelência também esteve lá conosco, tem base eleitoral naquela região, inclusive aquela ponte que está lá também tem o DNA de Vossa Excelência.

Então, é um momento de muita felicidade e tomara Deus que amanhã ganhe uma empresa séria que possa executar esse serviço, Deputado Lúdio Cabral, o mais rápido possível, a contento daquilo que aquela população... (TEMPO ESGOTADO – ÁUDIO INTERROMPIDO)

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Mais dois minutos.

O SR. PAULO ARAÚJO - Eu pedi dez para ganhar dois.

Presidente, outra coisa que chama muito a atenção, Deputado Lúdio Cabral, olhando os *sites*, hoje nós temos 63% de taxa de ocupação de leito de UTI covid, 63% de taxa de ocupação de leitos de UTI covid. Há 10 dias era a metade disso. Então, daqui uns dias, Deputado

Lúdio Cabral, Vossa Excelência que é um sanitarista especialista em indicadores, provavelmente, se continuar nessa toada, vamos ter 100%. Correto? Nós vamos ter 100%.

Então, é um assunto que eu penso, e terminei ficando um pouco distante, porque me aprofundi principalmente nas questões políticas, mas precisamos novamente discutir a questão da saúde pública e fazer o monitoramento dos indicadores da covid.

Senão daqui a pouco estaremos em plena campanha eleitoral, Deputado Wilson Santos, com uma preocupação muito grande, inclusive da população com alta taxa de internação, de ocupação de leitos de covid, atendendo inclusive pedido do Presidente Eduardo Botelho, que chamou a atenção e falou: “Vocês precisam discutir a saúde pública. Por que não estão discutindo? Cadê a questão da covid? Precisa fiscalizar, precisa monitorar.”.

Eu acho que a Assembleia Legislativa precisa assumir novamente esse papel importante e fazer essas articulações junto aos municípios, junto ao Estado e junto à população.

Obrigado, meu Presidente, meu amigo Eduardo Botelho.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Deputado Carlos Avallone...

Deputado Dr. Gimenez.

O SR. DR. GIMENEZ – Bom dia, Presidente!

Bom dia a todos que nos assistem pela TV Assembleia e nas galerias.

Tenho indicações.

Indica a necessidade de realizar a instalação de redutor de velocidade fixo na entrada do Município de Cáceres.

Indica a necessidade de reestruturação da Praça Central do Município de Mirassol d'Oeste.

Indica a necessidade de pavimentação asfáltica do bairro Jardim Caranã, Município de São José dos Quatro Marcos.

Mas quero parabenizar, sobretudo, o Município de Glória d'Oeste, são congratulações pela passagem do aniversário celebrado no dia 24 de junho.

Talvez eu precise de um minuto, senhor Presidente.

Quero cumprimentar aqui meu Município de São José dos Quatro Marcos, que neste último final de semana completou 55 anos de fundação, mais exatamente no dia 15 de junho. Foi um dia de festividade, inclusive com um bolo de aniversário de 55 metros.

Quero agradecer ao Governador Mauro Mendes e ao Secretário Marcelo Padeiro pela viabilização de recursos para a pavimentação da Avenida *Lions* Internacional, conhecida como Avenida Perimetral, da minha cidade de São José dos Quatro Marcos.

Desde o início do meu mandato a realização dessa obra é uma prioridade para mim, pois eu moro em Quatro Marcos há mais de 40 anos e sei da importância dessa pavimentação, por conta dos bairros adjacentes. Por esse motivo, venho cobrando, solicitando do Poder Executivo a execução dessa obra tão sonhada de pavimentação.

Em 2019 apresentei no primeiro ano de mandato a indicação nº 1.706/2019, solicitando do Poder Executivo que essa obra de pavimentação da Avenida Perimetral fosse realizada. Agora a mesma foi atendida e a população quatro-marquense terá essa importante via urbana pavimentada.

Os Vereadores de Quatro Marcos foram muito importantes nessa conquista. Então, faço questão de parabenizar a todos: Bessa, Ângelo, Rosimeire, Sandro Barbosa, o Edinho, de Santa Fezinha; Jaime, Adonias, Renilson, Edaldo, Serginho e Wellington.

Como Deputado Estadual, busco ações e investimentos do Governo do Estado para a nossa São José de Quatro Marcos pensando sempre na melhoria e na qualidade de vida de nossa população, independente de o gestor municipal reconhecer ou não o meu trabalho.

Meu compromisso em Quatro Marcos é com o povo quatro-marquense. É por isso que estou aqui na Assembleia Legislativa de Estado Mato Grosso e, nesse caso específico, tenho atuado desde cheguei na concretização dessa obra de pavimentação, também nominada *Lions Internacional*.

Quero agradecer o senhor Governador e o secretário Marcelo Padeiro, parabenizar São José dos Quatro Marcos e parabenizar os meus conterrâneos.

Senhor Presidente, eu consegui falar tudo dentro do prazo estabelecido e agradeço. Muito obrigado.

Agradeço a todos aqueles que nos acompanham e querem a melhoria do Município de São José Quatro Marcos.

E, como disse o colega Deputado Paulo Araújo, sempre pelo coletivo, sempre pelo coletivo. É pela população em sim.

Muito obrigado.

Tenhamos uma boa Sessão.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Próximo inscrito... Vou chamar aqui o Deputado Valdir Barranco e depois eu passo ao Deputado João Batista do Sindspen.

O SR. VALDIR BARRANCO - Senhor Presidente, nobres Pares, público que nos acompanha aqui presencialmente e os que nos acompanha pela TV e pela Rádio Assembleia.

Muito triste ouvir a fala do Deputado João Batista do Sindspen (*sic*) trazendo essa informação de que 60% da capacidade dos leitos de UTI do Estado de Mato Grosso já encontram ocupados.

Como é que o governo do Estado desmontou os leitos de UTI que foram conseguidos a tão alto custo para o enfrentamento da covid? Eles tinham que ter permanecido até que a covid realmente fosse terminada, tivéssemos concluído essa etapa tão dolorosa e permanecessem depois para tratamento de outras enfermidades. É muito triste.

Senhor Presidente, apresento aqui um Requerimento ao Secretário de Estado de Educação a fim de solicitar informações sobre a Escola Estadual Professor Agenor Ferreira Léo, que teve quase que um incêndio começando pelos ares-condicionados.

Requerimento ao Governador do Estado de Mato Grosso e à Secretaria de Estado de Saúde a fim de solicitar informações e requerer providências relativas ao escritório Regional de Colíder, que vive uma situação caótica.

Requerimento à Secretária de Estado de Saúde a fim de requerer informações sobre o andamento da reforma do Hospital Regional de Barra do Bugres.

Projeto de Lei que dispõe sobre a criação do Observatório sobre Políticas Públicas para a população em situação de rua.

Projeto de Lei que disciplina no âmbito do Estado de Mato Grosso a obrigatoriedade de atendimento integral a todos os tratamentos, exames, diagnósticos, medicamentos e afins aos clientes de planos de saúde.

Indicação ao Governador do Estado sobre a necessidade de cumprir o acórdão do Tribunal de Justiça que abrange a preservação e o restabelecimento dos vínculos jurídicos, dos empregados públicos estaduais da Empaer, contratados entre a Constituição de 1988 e antes da promulgação da Emenda Constitucional 19/1998.

É uma vergonha, senhor Presidente. Nós já tivemos a decisão do pleno do Tribunal, agora da turma especial do Tribunal, que são juíza os Desembargadores mais antigos, o acórdão publicado até agora isso não foi resolvido.

Indicação ao Secretário de Infraestrutura e Logística sobre a necessidade da pavimentação asfáltica da MT-459, trecho conhecido como Rodovia do Leite, entre Pedra Preta e São José do Povo.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Mais um minutos.

O SR. VALDIR BARRANCO - Indicação ao senhor Secretário de Estado de Educação sobre necessidade de disponibilizar equipamentos para atender as escolas do campo do Município de Ribeirão Cascalheira.

Apresento também uma Moção de Pesar aos familiares do indigenista Bruno Araújo Pereira e do jornalista inglês Dominique Mark Phillips, conhecido como Dom Phillips, assassinados durante uma expedição pelo Vale do Javari.

Infelizmente o nosso País se tornou pária internacional novamente, porque é um País que assassina as lideranças já reconhecidas e que passaram a vida toda se dedicando aos estudos de uma ou de outra área.

Infelizmente estamos passando vergonha no âmbito internacional e por isso apresento aqui essa Moção de Pesar aos familiares que perderam esses dois grandes homens.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - *Ok.* Só para informar Deputado Valdir Barranco sobre essa questão dos servidores da EMPAER.

Eu conversei ontem com o Governador Mauro Mendes sobre isso e ele disse que se encontrar um caminho jurídico para isso, por ele não tem problema nenhum. Está marcada uma reunião agora à tarde com o Deputado Wilson Santos, com o Gauchinho e o pessoal lá na Casa Civil, junto com o Ministério Público. O Governador já disse que achando um caminho legal, não tem problema, ele vai atender.

Secretaria de Serviços Legislativos Então, vamos procurar esse caminho para resolver.

Com a palavra, o Deputado João Batista do Sindspen.

O SR. JOÃO BATISTA DO SINDSPEN – Bom dia, Presidente Eduardo Botelho, senhores colegas Parlamentares, Deputada Janaina Riva, todos que nos assistem pela Rádio e TV Assembleia.

Daqui a pouquinho descerei para o Plenário, Presidente. Estou só terminando aqui de resolver algumas agendas.

Mas quero apresentar, rapidão, Moção de Aplausos, uma solicitação dos servidores do Hospital São Benedito quanto àquele fato do dia 15 de maio do incêndio e o pessoal pediu que apresentasse Moção de Aplausos ao corpo técnico de enfermagem pelo trabalho realizado.

Também Moção de Pesar, infelizmente tivemos quatro grandes perdas nesses últimos dias, do Deputado Arnaldo Faria de Sá, Deputado Federal, que foi uns dos precursores na luta pela criação da Polícia Penal, do ex-deputado e ex-secretário Luiz Antônio Vitório Soares, Luiz Soares, muito querido inclusive pelos parlamentares que hoje estão na Assembleia Legislativa - tem uma história na política do Estado de Mato Grosso – e também do Vereador Ivan Nunes Marques Rodrigues, jovem de pouco mais de 40 anos, que faleceu na última semana; e da Cacilda Alves de Araújo, que é nossa assistente do sistema penitenciário, faleceu precocemente nesta última semana, uma pessoa que tinha um relevante serviço prestado não só com relação a presteza do trabalho dela com os reeducandos, mas o tratamento carinhoso com todos os colegas de trabalho.

Presidente, Deputado Eduardo Botelho, temos aqui - vou desce ai para conversávamos - temos aqui um projeto de autoria sua autoria, Projeto de Lei Complementar nº

46/2022, que queria pedir, Presidente, que eu pudesse ter mais tempo para discuti-lo, porque é um projeto que diz respeito à lei que trata do porte de arma dos policiais penais, trás um risco jurídico, pode trazer um prejuízo lá na frente para os funcionários do sistema penitenciários e diz respeito à segurança do sistema penitenciário.

Vamos sentar e vou pedir que pudesse retirar esse projeto de pauta para podemos discuti-lo melhor.

Deixo bem claro que o Deputado Eduardo Botelho a todo instante tenta nos ajudar, seja na Secretaria de Segurança Pública, seja até o trabalho do Deputado João Batista para a melhoria do sistema penitenciário, melhoria do trabalho dos nossos policiais penais, mas esse projeto precisamos discuti-lo melhor.

No mais, Presidente, daqui a pouquinho estarei descendo ao Plenário para acompanhar de perto as votações.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Deputado Lúdio Cabral.

O SR. LÚDIO CABRAL - Bom dia a todas as pessoas presentes em plenário.

Quero saudar em especial a Prefeita Tata, de Poconé, os moradores e produtores de lá que estão presentes hoje na Sessão.

Primeiro, eu quero colocar aqui uma questão urgente em diálogo com todos os Parlamentares Estaduais, eu não sei se todos estão recebendo o volume de mensagens que eu estou recebendo do desmonte absoluto do sistema de saúde de Mato Grosso em Várzea Grande e em Cuiabá.

Os Hospitais Regionais todos colapsados, a regulação travada no Estado todo, pessoas esperando meses por uma cirurgia simples de hérnia, pessoas esperando meses para um procedimento de alta complexidade na área cardiovascular, uma angioplastia, por exemplo.

Em Cuiabá, as pessoas atendidas nas unidades de pronto-atendimento estão sendo largadas por dias sem que suas demandas sejam atendidas.

A mesma coisa acontecendo na Santa Casa. Ontem recebi a denúncia de uma paciente de 81 anos internada com covid-19 no Hospital Metropolitano que sequer tinha recebido refeição, água, alimentação e não tinha sido medicada por 24 horas.

As unidades de Atenção Básica sem medicamentos básicos para fornecer a pacientes com hipertensão; com diabetes, unidade de pronto-atendimento sem dipirona para medicar as pessoas; saúde mental colapsada; pacientes que tem patologias que dependem do uso contínuo de medicamentos psicotrópicos sem acesso a esses medicamentos.

A sensação que passa é que nós não temos comando nenhum na saúde estadual e nós não temos comando na saúde municipal dos dois maiores nos municípios de Mato Grosso.

Nós estamos em vésperas de iniciar uma campanha eleitoral e será uma vergonha abordar as pessoas diante do drama que uma parcela importante... (TEMPO ESGOTADO – ÁUDIO INTERROMPIDO)

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Mais um minuto.

O SR. LÚDIO CABRAL - Será vergonhoso abordar as pessoas durante a campanha eleitoral, quando uma parcela da população está vivendo um drama cotidiano, quando precisa de atendimento à saúde pública.

E não podemos nos calar diante disso. As ferramentas que temos são limitadas, mas não podemos nos calar diante disso.

Estou apresentando hoje, fiquei feliz em saber de um encaminhamento prático sobre a questão dos servidores da Empaer, porque hoje apresentou Requerimento com pedido de informações à Casa Civil e ao Governador.

Estou apresentando um Requerimento com pedido de documentos sobre o processo da usina Hidrelétrica Castanheira, no Rio Arinos, lá na região de Juara, que compromete a vida da população assentada, de pequenas propriedades.

E estou encaminhando Requerimento com pedido de informações e documentos ao Governador e ao Secretário de Estado de Educação sobre os tais *kits* escolares. Está uma vergonha. Nós estamos no meio do ano e os uniformes escolares não foram distribuídos para a população. Está uma confusão sem tamanho isso e nós queremos... (TEMPO ESGOTADO – ÁUDIO INTERROMPIDO)

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTEKHO) – Deputado Lúdio Cabral, eu pedi ontem ao Deputado Dr. Gimenez que a Comissão de Saúde faça inclusive levantamentos. Não sei por que está tendo muitas reclamações em relação a leitos de UTI. Foram construídas muitas UTIs, e a Comissão de Saúde precisa começar novamente a fazer aquele trabalho que vinha fazendo, que era visitar hospitais, que era ver a situação. Então, estou cobrando isso de vocês, que vocês façam esse trabalho.

O SR. LÚDIO CABRAL – Sr. Presidente, só a título de informação, de outubro até agora eu visitei todos os Hospitais Regionais de Mato Grosso que são geridos pelo Estado e em todos identificamos uma série de problemas.

Primeiro, muita obra de fachada. Faz uma fachada nova, bota um monte de adesivos dentro do hospital e na primeira chuva alaga toda a unidade. Então, reformas de péssima qualidade, precaríssima, ao mesmo tempo em que os locais onde a população é atendida de verdade em condições precaríssimas de atendimento à população, baratas nas cozinhas dos Hospitais Regionais, ratos nas cozinhas dos Hospitais Regionais e pessoas na fila meses aguardando a realização de determinados procedimentos.

E tenho, na medida das visitas, apresentado Requerimentos aqui e cobrado providências daqueles que são responsáveis.

Outra coisa, o Estado fez um processo seletivo para uma série de unidades e não chama os aprovados desse processo seletivo. Primeiro que não realizou concurso, faz processo seletivo e não chama quem foi aprovado no processo seletivo.

Então, Presidente, a saúde em Mato Grosso, a situação está grave, grave, grave, grave!

Segunda-feira nós vamos instalar uma Câmara Setorial Temática para tratar de oncologia. Nós temos pacientes sendo maltratados na oncologia em Mato Grosso. Há um aparelho de radioterapia na Santa Casa que já deveria ter sido abandonado há muito tempo, porque está literalmente queimando as pessoas que estão realizando radioterapia, para dar um exemplo. Uma série de procedimentos que deveriam ser abraçados, abarcados pelo Estado para serem remunerados e acessíveis à população, não são, são sempre negados.

Então, são muitos problemas, Deputado Eduardo Botelho, muitos, mas muitos mesmo e nós não podemos fazer de conta que esses problemas não existem.

E temo que nesse período de campanha eleitoral, a população fique literalmente largada, abandonada ao relento, ao Deus dará, diante da precariedade que temos no sistema de saúde.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – *Ok.*

Podemos, quando os senhores tiverem um relatório sobre tudo isso, Deputado Dr. Gimenez, Presidente da Comissão, eu vou convocar um colégio de Líderes para discutirmos esse assunto com a Comissão de Saúde.

Deputado Dr. Gimenez.

O SR. DR. GIMENEZ – Senhor Presidente, trata-se de um Requerimento da Comissão de Saúde, Previdência e Assistência Social.

Então, lendo aqui: Com fulcro no art. 472 do Regimento Interno desta Casa de Leis, a Comissão de Saúde, Previdência e Assistência Social requer à Mesa Diretora, depois de ouvido o soberano Plenário, que convoque a Secretária de Saúde, senhora Kelly de Oliveira, para participar de forma presencial da quarta reunião Ordinária desta Comissão que ocorrerá nesta Casa de Leis para debater sobre medidas adotadas em decorrência do aumento dos casos de covid; reabertura de leitos destinados exclusivamente ao tratamento de pacientes com covid-19; diminuição das cirurgias eletivas nesse período; e aumento de casos de covid-19.

Data, 05/06/2022, terça-feira, às 10hs, local, sala de reuniões das Comissões, 202, Deputada Sarita Baracat, segundo piso.

Justificativa

Os serviços de saúde devem adotar medidas para garantir que todos os casos suspeitos ou confirmados de infecção pela Sars-Cov2 devem ser notificados.

Devido à importância desse tema e pelos motivos expostos, a Comissão de Saúde, Previdência Social solicita apoio dos nobres Deputados para a aprovação do presente Requerimento e posterior atendimento pela Presidência da Assembleia Legislativa, Estado de Mato Grosso.

Edifício Dante de Oliveira, Plenário das deliberações Deputado Renê Barbour, em 25 de junho, de 2022.

Pela Comissão de Saúde, Presidente Deputado Dr. Gimenez.

Senhor Presidente, lido o Requerimento.

Secretaria de Serviços

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Ok, Deputado Dr. Gimenez.

Obrigado.

Próximo inscrito, Deputado Carlos Avallone...

Deputado Wilson Santos.

Quem não estiver aqui dentro da Sessão não vai mais falar. Vou passar batido. Já era. Senão, não dá, não é, filho? Vamos ficar até que hora aqui?

Deputado Carlos Avallone.

O SR. CARLOS AVALLONE – Obrigado, Deputado Eduardo Botelho.

Deputado Eduardo Botelho, estou entrando aqui com uma proposta em que estou pegando o apoio de todos os Deputados para que coloquemos o nome do Hospital Central de Hospital Central SUS Luiz Antônio Vitorio Soares.

Após o falecimento do Luizinho, Luiz Soares, que foi um homem que trabalhou nos SUS de uma forma espetacular, um defensor do SUS, foi Secretário Municipal de Saúde, Secretário Estadual de Saúde, Secretário do Município de Várzea Grande, e estamos propondo seu nome.

Segundo, estou entrando com uma proposta para a mudança do nosso Regimento Interno aqui porque ex-senador, ex-deputado Federal e até ex-deputados, eles não têm, diferente do Congresso Nacional e de outros lugares, para eles poderem ter acesso ao nosso plenário, pela importância dessas pessoas para a história da política estadual. São as duas propostas.

Terceira, eu quero registrar aqui a presença dos nossos pantaneiros raízes que estão aqui aguardando o encaminhamento do Projeto de Lei nº 561, que fala das mudanças na bacia do Alto Paraguai.

Quero registrar aqui a presença do Raul Santos Costa Neto, do André Thorone, do Fábio Ferreira Píeres, do Osiris Pereira de Arruda, da Ida Beatriz Machado, do Miguel Antunes de Miranda, do Jânio Roberto Silva, do Claudécir Oliveira Lemes, da Fernanda Arruda Machado, do Francisco Golberi, do Alberto Fernandes Branco, do Levender Matos, do Luiz Alberto Gomes da Silva, do Moisés Albertin, do Laucimar Morandi, do Trajano, de Íris de Arruda Júnior, do Elso Gonçalves, todos eles aqui aguardando a tramitação do nosso projeto.

Quero dizer que o Deputado Wilson Santos entrou com uma emenda, que já está sendo acatada pela Comissão, e com isso o projeto vem para primeira votação aqui em Plenário.

E, deixando claro para toda a população, para a imprensa aqui presente, este projeto é um projeto que tem a intenção única e exclusiva de trazer de volta ao Pantanal o pantaneiro raiz, aquele que cuidou do Pantanal por 300 anos sem nenhuma outra intenção escusa ou diferente.

Logicamente vai ter uma tramitação normal, os projetos ambientais precisam tramitar normalmente, sem regime de urgência urgentíssima, nem é permitido pelo nosso Regimento, portanto ele vai ter a tramitação normal, é natural que os Deputados peçam vista, tudo isso não tem problema nenhum, mas também, além do Pantaneiro raiz, o nosso turismo, turismo ecológico, turismo de pesca, turismo natural, que nós já temos no Pantanal. Essa é a intenção, que os fiscais do Pantanal, que são quem ama e gosta do Pantanal, estejam no Pantanal. Portanto, toda e qualquer emenda que vem nesse sentido será extremamente bem recebida, como foi agora, há alguns minutos, a emenda do Deputado Wilson Santos, que vai ajudar a melhorar o nosso projeto.

Então, para tranquilizar os senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Deputado Xuxu Dal Molin.

O SR. XUXU DAL MOLIN - Muito bom dia, Presidente Eduardo Botelho, demais colegas, servidores, cidadãos que nos acompanha aqui pela tribuna da Assembleia, em especial os homens e mulheres do nosso querido Pantanal, bem-vindos, e todos os cidadãos que nos acompanham pela TV e Rádio Assembleia.

Estamos encaminhando Indicação ao Ministério do Meio Ambiente para uma atualização da resolução Conama.

Também um Projeto de Lei para liberarmos exclusivamente em áreas de reserva legal e APP a extração de cascalho para a implantação das nossas rodovias, pavimentações de MTs e vicinais, bem como encabeçamento de pontes.

Pasmem vocês! Não dão conta de fazer esgoto em cidade, coleta de lixo, mas não querem deixar tirar o cascalho para pavimentar de forma definitiva uma rodovia que leva pessoas, alunos, pacientes, mas proibem e todo ano tem que dar manutenção nesses locais.

O crime ambiental tem que ir para a conta de quem não quer apoiar esse tipo de empreendimento, como foi da Lei de Reposição florestal, a taxa. Nós queimávamos biomassa, queimávamos material de desmatamento legal, mas não podia aproveitar para levar nas nossas indústrias.

Esse é o Brasil que eu não quero mais. Temos que atualizar a legislação.

E aí, para a nossa querida imprensa, isso é exclusivo para a implantação das novas rodovias ou aquelas que estão sendo implantadas, para não ter que ficar dando depois o jeitinho da lei.

Então, eu peço a todos os Deputados. Temos que viabilizar, são 2.500 quilômetros estão sendo pavimentados, mas em muitos lugares não tem cascalho, porque foi gasto ao longo de

30, 40 anos, dando manutenção de forma precária em nossas estradas desse Mato Grosso amado que nós conhecemos tanto.

Também estamos solicitando informações do Procurador-Geral sobre atuação imediata, desse competente órgão na apuração das denúncias de corrupção, dano ao erário e demais eventuais ilícitos supostamente ocorridos na Secretaria de Saúde do Município de Sorriso.

Infelizmente estávamos usando as ações judiciais que encaminhava com urgência, Deputados da Comissão de Saúde, a Secretaria, as pessoas que precisavam... (TEMPO ESGOTADO – ÁUDIO INTERROMPIDO)

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – *Ok!* Dois minutos para o Deputado.

O SR. XUXU DAL MOLIN - Em Sorriso quem usava da Justiça para ter agilidade numa cirurgia, depois eles usavam a mesma decisão, reencaminhava outra nota e pagavam em duplicidade sem fazer a cirurgia. Esse é o Brasil que eu não quero mais.

Também, Presidente, estamos aqui solicitando apoio do Governo informações sobre a diminuição do quadro de servidores da Embrapa Agrossilvipastoril, de Sinop, e também sobre o número de portes que a superintendência da Polícia Federal está emitindo aqui no nosso Estado.

No mais, desejar a todos – parabéns, pantaneiros! - quanto mais pobreza eles deixam, pior para o meio ambiente, quanto mais leis, apoio ao desenvolvimento sustentável, menos dano ao meio ambiente.

Então, vamos deixar vocês continuando a produzir no Pantanal, a proteger e a cuidar desse patrimônio histórico que vocês são os legítimos possuidores e zeladores. (PALMAS)

O resto, quem não quiser ajudar, pelo amor de Deus, não atrapalha.

Uma ótima Sessão a todos.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Próximo inscrito, o Deputado do Thiago Silva.

Depois Deputada Janaina Riva e encerra.

O SR. THIAGO SILVA - Senhor Presidente, colegas, Deputado Janaina Riva.

Quero cumprimentar aqui toda a população que se faz presente, de forma muito especial, senhor Presidente, cumprimentar aqui os Vereadores de União do Sul, o Cesinha, o Carlinhos, o Josué, o Hilton e o Levi também que estão aqui hoje na Assembleia Legislativa; os vereador de Colniza, nosso amigo irmão Dedé, a vereadora Mayara, Marcos, Aguinaldo, Valdeir, de Taquaruçu, liderança da agricultura familiar, e nosso vice-prefeito de São Félix do Araguaia, o Tavares.

Sejam muito bem-vindos todos que prestigiam esta Sessão.

Senhor Presidente, estamos aqui apresentando várias indicações, principalmente na área da Educação, da Agricultura familiar, da infraestrutura, para vários Municípios: Pedra Preta, Rosário Oeste, Poconé, Canabrava do Norte, Novo Mundo, Água Boa, Santa Terezinha, Vale de São Domingos e Guarantã do Norte. Indicações apresentadas por lideranças, por vereadores que encaminharam para o nosso gabinete e também algumas que são fruto da visita que nós fizemos a esses municípios.

Também, senhor Presidente, estou aqui apresentando um Projeto de Lei que altera e a Lei 7.098, de 30.12.1998.

Essa lei já teve várias alterações e uma das últimas alterações concedeu subsídio para o ICMS, subsídio de ICMS para o transporte coletivo, isenção a transporte coletivo de aquisição... Ou melhor, essa lei altera o subsídio, ela dá subsídio para o ICMS do diesel de alguns

municípios, quero citar aqui o caso de Cuiabá e Várzea Grande. Esse subsídio é para o transporte intermunicipal do município e também para o transporte coletivo.

O nosso objetivo com a alteração dessa lei é que ela possa expandir para outros municípios que também usam o transporte coletivo aqui no Estado de Mato Grosso, que é o caso de Rondonópolis, o caso de Tangará da Serra, o caso de Sinop, que também têm o transporte coletivo e com a alta do diesel, do combustível, nesses últimos anos tem inviabilizado o transporte coletivo.

Então, o nosso objetivo é que assim como Cuiabá e Várzea Grande, também tenham subsídio do diesel para o transporte coletivo cidades como Rondonópolis, como Sinop, como Tangará da Serra e tantas outras que precisam... (TEMPO ESGOTADO – ÁUDIO INTERROMPIDO) ...e tantas outras cidades que utilizam do transporte coletivo para fazer o transporte dos trabalhadores que precisam sair de sua casa e ir para o centro da cidade trabalhar. O nosso objetivo é que por meio dessa lei esses municípios, como é o caso de Rondonópolis também, possam ter esse subsídio do diesel no transporte coletivo, para que possamos manter o transporte coletivo funcionando nessas cidades, que são cidades grandes aqui do Estado Mato Grosso.

Assim como a Baixada Cuiabana, que eu acho justíssimo que tenha esse subsídio para manter o transporte coletivo nessas cidades, outras cidades como Rondonópolis, Sinop, Tangará Serra, Alta Floresta, que também têm o transporte coletivo, possa ter também essa isenção, esse subsídio do CMS para o transporte coletivo.

Muito obrigado, senhor Presidente.

(O SR. DEPUTADO VALDIR BARRANCO ASSUME A PRESIDÊNCIA.).

O SR. PRESIDENTE (VALDIR BARRANCO) – Obrigado, Deputado Thiago Silva. Próximo inscrita, a Deputada Janaina Riva.

A SRª JANAINA RIVA - Obrigada, Presidente.

Eu quero cumprimentar os colegas e todos os que estão presentes na Assembleia Legislativa.

Quero reforçar, Presidente, a necessidade de se incluir na Comissão de Saúde, e falo diretamente com o Deputado de Lúdio Cabral, que está, com o Deputado Dr. Gimenez, o Deputado Dr. João, o Deputado Paulo Araújo e o Deputado Dr. Eugênio, que seja incluído o debate acerca da violência obstétrica.

É importantíssimo esse tema, houve denúncias graves acerca do Hospital Regional de Sorriso e também do hospital Santa Helena, que também atende o sistema SUS e atende o Estado de Mato Grosso.

É importante que os Deputados tratem desse tema na Comissão de Saúde e exijam o afastamento dos profissionais de saúde que foram denunciados.

Eu vi uma nota de esclarecimento da SES em que a SES diz abrir um processo de investigação sobre esses profissionais e suas condutas, mas isso não basta. Eles têm que ser afastados de suas funções. Não existe um profissional da saúde se dirigir a uma mulher e acusar essa mulher: “olha, na hora de fazer foi bom, agora você está gritando, você está reclamando...” Isso é violência, isso é crime e precisa ser investigado pela Assembleia Legislativa e pela Comissão de Saúde.

Então, peço que seja incluída também, Deputado Lúdio Cabral, nessa convocação.

Também, senhor Presidente, reforçar o meu apoio aos homens do Pantanal.

Cumprimento aqui principalmente o amigo Goberick, que está na Assembleia, o doutor Trajano, advogado, e cumprimento o Vereador Dudu Carrapatos.

Quero ressaltar a importância da pecuária e o que ela representa para o Pantanal cultural e historicamente.

São os pantaneiros que sempre protegeram o Pantanal e esse projeto só foi viabilizado graças a um estudo feito pela Assembleia Legislativa, e cumprimento aqui a Mesa Diretora e todos os Deputados que tiveram a sensibilidade de fazer esse estudo, por meio da Embrapa, junto à Secretaria de Estado do Meio Ambiente, mostrando a preocupação da Assembleia Legislativa em fazer com que a economia no Pantanal seja recuperada e que possamos virar a página da pobreza no Pantanal e um dos caminhos, sem dúvidas, que caminham com sintonia com a proteção ao meio ambiente é a pecuária.

Então, parabéns a todos os colegas! Parabéns ao trabalho feito pela Comissão de Meio Ambiente da Assembleia, e resalto aqui a relevância desse projeto, o Presidente Eduardo Botelho, Presidente Valdir Barranco, e que ele possa ser aprovado pela Assembleia Legislativa, demonstrando que nós temos, sim, preocupação com o meio ambiente e também com quem produz em nosso Estado e paga os impostos de Mato Grosso.

Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (VALDIR BARRANCO) – Obrigado, Deputada Janaína Riva, britânica no cumprimento do seus três minutos.

Próximo escrito, o Deputado Wilson Santos.

O SR. WILSON SANTOS - Presidente colega Valdir Barranco, quero cumprimentar todos os colegas Deputados, cumprimentar aqui a assistência toda, em especial a rapaziada e do som automotivo.

Eu não conheço esse assunto, mas me coloco à disposição para conhecê-lo, porque é uma coisa bacana, desde que seja praticado no ambiente correto.

Eu vejo que a faixa ali pede espaço. O Governo está construindo agora o Parque Novo Mato Grosso, uma área de 300 hectares, com autódromo internacional, com museu, lagoa.

Eu acho que ali podemos perfeitamente levar a reivindicação de vocês e garantir neste momento de construção um espaço definitivo e legal para vocês praticarem o som automotivo. Parabéns! de Serviços Legislativos

Quero cumprimentar o prefeito, aqui, de São Pedro Del Rei, meu amigo Tatá Amaral, prefeito de São Pedro Del Rei; cumprimentar aqui o presidente do Sindicato Rural, meu amigo Raul, em seu nome cumprimentar Mário Cândia, a todos que vieram com a sua comitiva, meu amigo André, estivemos esta semana em Poconé, dentro do Sindicato Rural discutindo, aprendendo, aprendendo principalmente.

E conforme combinei com vocês, estou devolvendo aqui, ontem construímos com a Daniela um aperfeiçoamento do projeto, são algumas emendas, então estou devolvendo para que o projeto possa continuar no seu rito normal, e dizer a vocês que contem com o meu voto favorável para aprovação dessa matéria. (APLAUSOS)

E o presidente Raul fez um compromisso comigo, eu sou bom para cobrar, depois de passado toda essa discussão, nós vamos abrir uma nova discussão, que é o BID Pantanal, que na minha concepção é a discussão completa, perfeita, de A a Z no tocante ao Pantanal.

Aqui é uma questão pontual apenas, vamos resolvê-la, vamos superá-la, mas foi feito ontem o compromisso lá em Poconé, anteontem, de fazermos uma série de discussões para sabermos, Tatá, o que fazer para atualizarmos o BID Pantanal, um programa que dispõe de 400 milhões de dólares, um absurdo jogarmos toda essa grana fora, é preciso atualizar.

E apresentei... E em breve será criada aqui na Assembleia uma comissão permanente para tratar de assuntos do Pantanal. Nós não vamos viver aqui de surtos, houve o surto de queimada, e corre tudo mundo; houve um surto agora da pecuária, corre todo mundo, não! Nós vamos ter uma comissão permanente, igualzinho a Comissão de Educação, igual a Comissão de

Saúde, igual a Comissão de Meio Ambiente, igual a Comissão de Infraestrutura, uma comissão composta por cinco Deputados titulares, cinco Deputados suplentes, para permanentemente recebê-los aqui e tratar do assunto Pantanal.

Senhor Presidente, eu deixo sobre a mesa alguns projetos, este reconhece o esporte de surdos, o surdodesporto, como de relevante interesse esportivo e social no âmbito de Mato Grosso.

Apresento outra aqui, senhor Presidente, que reconhece os portadores da síndrome da fadiga crônica, a encefalomielite miálgica, como pessoas com deficiência, vamos enquadrar essas pessoas na deficiência.

Declaro aqui como patrimônio histórico, artístico, cultural e imaterial do Estado de Mato Grosso a lavagem das escadarias da Igreja Nossa Senhora do Rosário e também de São Benedito; e institui o Dia Estadual da Lavagem das Escadarias da Igreja Nossa Senhora do Rosário e São Benedito.

Deixo aqui um requerimento sobre a mesa em favor da Colônia de Pescadores Z-8 de Santo Antônio de Leverger, da realização de um encontro cultural pedido por essa colônia.

Algumas indicações e um requerimento meu, em conjunto com o meu colega Dr. Gimenez, para que, no dia 5 de agosto, nós realizemos aqui na Assembleia uma audiência pública para tratar de assuntos de interesse de etnias lá do Xingu e do Araguaia, dos índios Carajás, dos índios Xavantes, dos índios Kuikuro, Kalapalo e tantos outros.

Então, eu deixo aqui esse requerimento oral, quero chamar atenção de Vossa Excelência, para submetê-lo à votação, viu, Paula? Requerimento oral de autoria do Deputado Dr. Gimenez e Wilson Santos, para audiência pública, 5 de agosto, tratar da questão indígena, especialmente do Xingu e do Araguaia.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (VALDIR BARRANCO) – Obrigado, Deputado Wilson Santos.

Quero também saudar aqui o prefeito Tatá, de Poconé, e nós que estamos no auge da novela Pantanal, quem sabe, Tatá, eles venham gravar para mostrar um pouco das belezas do Pantanal do lado de cá, não só do lado de Mato Grosso do Sul.

O Sr. Thiago Silva – Senhor Presidente, aparte aqui.

Também cumprimentar o prefeito Tatá, que eu não tinha visto, e dizer também que pode contar com o nosso apoio, prefeito. O senhor tem feito um belíssimo trabalho lá, recebeu a mensagem do presidente da Câmara, o Marcinho, a todos os nossos amigos, e conte com a gente, um abraço aos amigos aqui da cidade do som automotivo.

Muito obrigado, contem conosco. Obrigado. (APLAUSOS)

O SR. PRESIDENTE (VALDIR BARRANCO) – Com a palavra, Deputado Elizeu Nascimento.

O SR. ELIZEU NASCIMENTO – Senhor Presidente, senhores Deputados, TV e Rádio Assembleia e todos aqueles que nos acompanham aqui da galeria, e saúdo o nosso amigo Netinho Competition, muito obrigado pela sua presença aqui, vejo aqui as faixas: “Som automotivo não é crime, legalize já o espaço para o som automotivo”.

Senhor Presidente, vou falar... Eu vim aqui com outra pauta, dizer das nossas indicações, mas eu vou falar também sobre esse tema.

Eu fui muito apedrejado pela mídia, porque eu destinei um recurso para a construção de um espaço multiuso na cidade de Juína, para que pudéssemos ter lá o local adequado, onde os sons automotivos pudessem fazer o seu momento de lazer.

Eu fui apedrejado por alguns, acredito que inclusive por políticos e regionais naquela ocasião, que usaram os meios de comunicações para me atacar, mas mantive a postura e a emenda está assegurada, garantida para que tenha um espaço do som automotivo na cidade de Juína. (APLAUSOS)

E quero aqui, na oportunidade, dizer que isso é de suma importância, por quê? Quando nós temos um espaço reservado, afastado ali do perímetro urbano, nós temos condição de manter a ordem e a tranquilidade, e em horários após às 10h da noite. Como policial militar, eu sei sobre essa legitimidade da questão do horário e que muitas vezes, após às 10h, nós temos alguns sons que realmente acabam incomodando.

Mas, quando nós temos um local adequado, isso aí vai levar a paz e a tranquilidade nos perímetros urbanos, e tendo o local adequado para que esses veículos possam equipar. E sei da responsabilidade, sei do compromisso das associações, é por isso que vocês têm o nosso apoio para que possamos ter um local adequado ao som automotivo. (APLAUSOS)

Senhor Presidente, também temos aqui indicações. Direcionada à Seduc, solicitando climatização em algumas escolas estaduais do município de Pontes e Lacerda; à Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer, indicamos a necessidade da reforma das praças públicas da Comunidade Horizonte d'Oeste, no município de Cáceres; para a Presidência do MT Gás, indicamos a necessidade de implantação de uma estação de entrega e recebimento de gás natural para o mesmo município; para a Secretaria Estadual de Saúde, indicamos a compra de veículo para atendimento da Secretaria Municipal de Saúde do município.... (TEMPO ESGOTADO)

(O SR. EDUARDO BOTELHO REASSUME A PRESIDÊNCIA.)

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Mais um minuto.

O SR. ELIZEU NASCIMENTO – ...ao município de Canarana.

E para a Secretaria de Assistência Social, indicamos também a compra de veículo para atender a Apae em alguns municípios do Estado de Mato Grosso.

Ao Intermat, indicamos a regularização fundiária da Assentamento Barreirinho, em Cuiabá, e do Assentamento Vale dos Sonhos, em Primavera do Leste.

Para a Sinfra, indicamos a recuperação asfáltica da MT-358, nos trechos do entroncamento MT, Mato Grosso, MT-339, próximo a Salto das Nuvens, em Tangará da Serra, bem como a MT-322, na região do Araguaia.

E ainda agradeço, também, ao presidente Jair Bolsonaro, ao senador Wellington Fagundes por cumprir a nossa indicação da entrega de um maquinário à cidade de Vila Rica, que chegou na semana passado, o prefeito Abimael esteve em nosso gabinete fazendo esse agradecimento.

Meu muito obrigado, que Deus abençoe a todos nós.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Encerramos aqui a...

O Sr. João Batista do Sindspen – Senhor Presidente, pela Ordem.

Primeiro, quero parabenizar, rapidão, aqui o Deputado Elizeu Nascimento por essa questão da emenda de Juína, o Nazário me ligou agora há pouco, e nós estávamos conversando sobre essa questão do som automotivo.

O município de Campo Verde, por meio do vereador Miguelzinho, fez uma indicação para o prefeito, e o prefeito acatou, e criou uma área específica para essa atividade, para o pessoal do som automotivo, para o pessoal que faz acrobacia com moto lá, áreas específicas.

Cada um gosta de uma coisa diferente, eu gosto da vaquejada, eu gosto do rodeio, tem gente que gosta de som automotivo. Lá no Nordeste, tem muito a questão das picapes, dos paredões. (APLAUSOS) Então, assim, com certeza, não só... Como o Deputado Elizeu falou aqui,

que as prefeituras possam criar essas áreas específicas, exatamente para evitar a apreensão de veículo e embate com as forças de segurança.

Então, parabéns, Deputado Elizeu e a vocês também, eu tenho certeza, vai conseguir espaço adequado. Obrigado. (APLAUSOS)

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Ok, Deputado João Batista.

(AS PROPOSIÇÕES APRESENTADAS NESTA SESSÃO ESTÃO DISPONÍVEIS EM:
<https://www.al.mt.gov.br/parlamento/documentos/parlamentares?tipo=10&sslSessaoPlenaria=&sessaoPlenaria=&palavraChave=&dataIni=22%2F06%2F2022&numDocumento=&anoDocumento=&dataInicio=&dataFinal=&search>)

GRANDE EXPEDIENTE (NÃO HOUVE GRANDE EXPEDIENTE.)

ORDEM DO DIA

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Vamos seguir à Ordem do Dia.

Indicações apresentadas pelos Deputados Xuxu Dal Molin, Elizeu Nascimento, Carlos Avallone, Valdir Barranco, Delegado Claudinei, Dr. Eugênio, Janaina Riva, Dr. Gimenez, Eduardo Botelho e Thiago Silva.

Em discussão... Para discutir, o Deputado Delegado Claudinei.

O SR. DELEGADO CLAUDINEI – Presidente, também cumprimentar o Netinho ali, parceiro nosso, valeu, Netinho! Estamos juntos aí, valeu! Minha esposa, Dirce, que veio de Rondonópolis assistir a nossa Sessão aqui hoje presencialmente.

Só quero agradecer aqui a essas demandas da Yasmin Alice, que é farmacêutica em Juscimeira. Essas indicações que apresentei hoje, Presidente, todas demandas da Yasmin para o Distrito de Placa de Santo Antônio, município de Juscimeira.

Então, aqui a aquisição de mobiliários para atender ao posto de saúde, atender a cozinha do posto de saúde; mobiliários para atender a recepção, também, lá no posto de saúde; para atender à sala de triagem; mobiliários para a lavanderia, todos lá do posto de saúde da Placa de Santo Antônio.

Aquisição de mobiliário para atender a sala de reuniões; mobiliários para atender a farmácia do posto de saúde; o consultório odontológico, também lá no distrito; consultório médico, consultório de enfermagem, sala de vacina, para atender a sala de procedimentos, mobiliários para atender a sala de esterilização do posto de saúde de Placa de Santo Antônio.

Este daqui pedindo apoio do Governo do Estado à Secretaria de Saúde junto lá ao município, junto ao prefeito Moisés, de Juscimeira.

Então, parabéns, Yasmin, a farmacêutica lá de Juscimeira pedindo todo esse apoio para o distrito e para a saúde do Distrito de Placa de Santo Antônio.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Encerrada a discussão. Em votação. Os que aprovam, permaneçam como estão. (PAUSA) Aprovadas. Vão ao Expediente.

Requerimento solicitando dispensa de pauta do Projeto de Lei Complementar nº 45/2022, do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, que altera e inclui dispositivo da Lei Complementar nº 269, de 22 de janeiro de 2007, que dispõe sobre a Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso.

Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os que aprovam, permaneçam como estão. (PAUSA) Aprovado. Vai ao Expediente.

Requerimento solicitando dispensa de pauta do Projeto Lei nº 591/2022, que acrescenta dispositivos à Lei nº 11.488, de 11 de agosto de 2021.

Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os que aprovam, permaneçam como estão. (PAUSA) Aprovado. Vai ao Expediente

Requerimento solicitando dispensa de pauta da tramitação do Projeto Lei nº 499/2022, do Deputado Valdir Barranco, que cria o protocolo unificado para a remoção do Estado de Mato Grosso.

Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os que aprovam, permaneçam como estão. (PAUSA) Aprovado. Vai ao Expediente

Requerimento, do Deputado Gilberto Cattani, solicitando audiência pública para discutir a questão de emendas parlamentares destinadas aos setores da cultura e eventos artísticos, para o dia 30 de junho, às 14h.

Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os que aprovam o requerimento permaneçam como estão. Quem for contra se manifeste. (PAUSA) Aprovado. Vai ao Expediente

Do Deputado Valdir Barranco, propondo a criação de uma frente parlamentar em defesa dos povos tradicionais de matriz africana, tendo como Coordenador-Geral o Deputado Valdir Barranco.

Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os que aprovam o requerimento permaneçam como estão. (PAUSA) Aprovado. Vai ao Expediente

Do Deputado Eduardo Botelho, requerendo uma Sessão Solene, Sessão Especial para 24 de junho, às 10h, no Plenário das Deliberações, com o objetivo de homenagear com Moções de Aplausos.

Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os que aprovam o requerimento permaneçam como estão. (PAUSA) Aprovado. Vai ao Expediente

Requerimentos de informações apresentados pelos Deputados Valdir Barranco, Lúdio Cabral, Delegado Claudinei, Xuxu Dal Molin.

Eu coloco em discussão... Para discutir, Deputado Lúdio Cabral.

O SR. LÚDIO CABRAL – Bom, são três os requerimentos, passo a discuti-los.

Primeiro, relacionado ao restabelecimento dos vínculos dos servidores da Empaer, contratados no período entre a Constituição de 88 e a promulgação da Emenda Constitucional nº 19/1998, conforme decisão proferida em sede de embargos de declaração julgado pelo Tribunal de Justiça de Mato Grosso no dia 19 de maio de 2022, que inclusive será objeto desta agenda que acontecerá hoje à tarde, lá na sede do Governo, ou seja, esses 61 servidores demitidos de forma injusta e indevida precisam ser reintegrados. Nós queremos que o Estado nos informe por escrito as providências tomadas para assegurar a reintegração desses trabalhadores, desses profissionais.

Nós infelizmente já tivemos profissionais demitidos que perderam a vida por infarto em função dessa situação, e eu espero também que essa agenda de hoje consiga equacionar de vez, em definitivo essa situação para que os 61 profissionais sejam todos reintegrados à Empaer, tenham seus direitos assegurados.

Segundo requerimento, estou cobrando do governador do Estado de Mato Grosso e do secretário Alan Porto informações sobre os kits de uniformes escolares aos alunos da rede pública estadual de ensino, que itens compõem o kit escolar? Quantos estudantes atualmente na rede

pública estadual serão contemplados pelo kit escolar? Quantos já foram e quantos ainda não foram contemplados?

Quais os processos licitatórios e contratos vigentes tratam da aquisição dos itens que integram esse kit escolar, detalhando quem são os fornecedores, qual a quantidade de itens adquiridos, liquidados, pagos e entregues pela Secretaria às unidades escolares?

Quanto de cada item de uniformes previsto no pregão eletrônico para registro de preços nº 2/2022, da Seduc, foi efetivamente adquirido, considerando os quantitativos e valores constantes da Ata de Registro de Preços nº 1/2022?

Quantos kits adquiridos com base nessa ata de registro de preço foram distribuídos pela Seduc para cada unidade escolar da rede pública estadual de ensino, bem como quais os critérios adotados para essa distribuição? Qual a previsão para a entrega dos kits de uniformes ainda pendentes para cada unidade escolar da rede pública estadual de ensino.

Lembrando que nós já estamos... (TEMPO ESGOTADO)

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Mais um minuto para o Deputado.

O SR. LÚDIO CABRAL – ...lembrando que nós já estamos entrando no mês de julho e até agora a maioria dos estudantes não receberam esse kit, e pedimos também o encaminhamento de cópia de todos os processos administrativos relacionados a essa pauta.

Também estamos apresentando requerimento cobrando da secretária de Estado de Meio Ambiente que nos encaminhe cópia capa a capa do processo nº 346973/2012, relacionado ao licenciamento ambiental da Usina Hidrelétrica Castanheira, e que informe se há quaisquer outros processos, autos de relatórios ou visitas técnicas sobre UHE Castanheira na Sema, em trâmite ou arquivados, encaminhando cópia integral.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Cumprimentar aqui a ONG 24 Horas, está presente aqui na Sessão o diretor-geral Johnny e a senhora Yank, obrigado. (APLAUSOS)

Encerrada a discussão. Em votação os requerimentos do Deputado Lúdio Cabral requerendo informações. Encerrada a discussão. Em votação. Os que aprovam, permaneçam como estão. (PAUSA) Aprovado. Vai ao Expediente

Requerimentos, do Deputado Wilson Santos, requerendo que aprove realização de encontro cultural das tradições ribeirinhas, no dia 29 de junho, às 7h da manhã, na Colônia Z-8.

Eu vou colocar em votação, mas devo alertar o Deputado Wilson Santos que será num dia de Sessão, então não vai ser liberado nada para o senhor, nem televisão, nem rádio e tem que terminar antes da Sessão, conforme nosso Regimento assim o manda, eu sou escravo do Regimento, os senhores sabem disso.

Para discutir, Deputado Wilson Santos.

O SR. WILSON SANTOS – Primeiro, agradecer a Vossa Excelência pelo apoio, senhor Presidente.

Nós faremos bem cedo mesmo, parece que vai começar por volta de cinco da manhã, pescador acorda cedo e a Sessão aqui começando às 10h, nós temos tranquilidade de participar da abertura desse evento superimportante da colônia de pescadores de Santo Antônio, lá são mais de mil pescadores cadastrados na colônia, é um pedido da presidente Tânia, e vai ser atendido.

Eu já agradeço de antemão aqui os colegas Deputados pela aprovação desse requerimento e vamos esmerar para fazer lá um evento importante, respeitando as tradições, não só religiosa, trabalhista, como também de um segmento importante, que é o segmento dos pescadores.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Então, encerrada a discussão. Em votação. Os que aprovam, permaneçam como estão. (PAUSA) Aprovado. Vai ao Expediente.

Requerimento do Deputado Valdir Barranco, requerendo informações da Secretaria de Saúde, da Secretaria de Meio Ambiente, do Governo do Estado.

Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os que aprovam, permaneçam como estão. (PAUSA) Aprovado. Vai ao Expediente.

Requerimento apresentado pelo Deputado Gilberto Cattani, requerendo ao presidente da República – está com moral, hein, Cattani! –, a presença *in loco* do secretário especial de Assuntos Fundiários, senhor Luiz Antônio Nabhan Garcia, em caráter de urgência, no assentamento Itanhangá.

Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os que aprovam, permaneçam como estão. (PAUSA) Aprovado. Vai ao Expediente.

Moções de Louvor apresentadas pelo Deputado Dr. João.

Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os que aprovam, permaneçam como estão. (PAUSA) Aprovadas. Vão ao Expediente.

Moções de Congratulação apresentadas pelos Deputados Dr. Gimenez e Xuxu Dal Molin.

Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os que aprovam, permaneçam como estão. (PAUSA) Aprovadas. Vão ao Expediente.

Moções de Aplausos dos Deputados Valdir Barranco, Xuxu Dal Molin, Elizeu Nascimento, Max Russi, Thiago Silva, Carlos Avallone e Eduardo Botelho.

Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os que aprovam, permaneçam como estão. (PAUSA) Aprovadas. Vão ao Expediente.

Moções de Pesar dos Deputados Valdir Barranco, Dr. Eugênio, João Batista e Max Russi.

Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os que aprovam, permaneçam como estão. (PAUSA) Aprovadas. Vão ao Expediente.

Deputado Lúdio Cabral requerendo a convocação da secretária de Estado de Meio Ambiente, Mauren Lazzaretti, e o convite a representantes do Fórum Mato-Grossense de Meio Ambiente e do Observatório Socioambiental para que compareçam em caráter de urgência à Sala das Comissões, às 9h, do dia 30 de junho, e prestem informações sobre os valores que deixaram de ser arrecadados pelo Estado de Mato Grosso por infrações ambientais, bem como as causas da extinção da punibilidade dos infratores em razão da prescrição dos processos administrativos.

Em discussão...

O Sr. Wilson Santos – Senhor Presidente, para discutir.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Para discutir, Deputado Wilson Santos. (APLAUSOS)

O SR. WILSON SANTOS – Senhor Presidente, quero, primeiro, agradecer o Deputado Lúdio Cabral pela cortesia, pela forma elegante como nos atendeu na última Sessão e dizer que fizemos um entendimento aqui com o nosso Líder Deputado Dilmar Dal Bosco, a secretária virá à Assembleia para atender esse convite do eminente Deputado Lúdio Cabral, provavelmente no próximo dia 30, ainda este mês.

Então, ficou só para definir a sala e o horário... Às 9h do dia 30, na sala 202, Líder? Deputado Lúdio Cabral, de acordo? Dia 30, às 9h da manhã? Ok, o Deputado Lúdio Cabral está de acordo, então vamos voltar favoráveis, Presidente.

O Sr. Gilberto Cattani – Para discutir, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Para discutir, Deputado Gilberto Cattani.

O SR. GILBERTO CATTANI – Senhor Presidente, o agro não para, o agro trabalha constantemente para alimentar a todos nós, mas os inimigos do agro também não descansam.

A maioria dessas multas milionárias são em cima de pequenos produtores, que às vezes o cara abriu uma estrada e toda a sua fazenda está embargada e multada, não existe uma multa que não seja de milhões de reais, o Governo deixou prescrever essas multas, obviamente não de maneira intencional, mas está baseado em lei, que elas caducam, assim como muitos processos caducam na Justiça.

Mas o grande foco disso são as pessoas que foram multadas, não estou aqui no mérito se elas foram multadas por que erraram ou não, estou aqui no mérito porque todas elas, se não todos, mas a maioria, são pequenos produtores que estão sendo penalizados pelos órgãos ambientais.

Então, assim, só queria deixar aqui o meu parecer, se achar que se for esse o assunto da secretária, o meu voto é contrário também.

Obrigado, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Para discutir, o Deputado Lúdio Cabral.

O SR. LÚDIO CABRAL – Senhor Presidente, nós esperamos que a secretária venha à Assembleia Legislativa e nos esclareça, são 117 milhões de reais de multas que foram prescritas, quem foram os multados? Por que aconteceu a prescrição? O que acontece no processo administrativo da Sema que permitiu que o Estado deixasse de cumprir o seu dever, que é o de recolher as multas?

Secretaria de Serviços Legislativos Eu tenho certeza de que os pequenos, os pequenos pagam a suas multas e que os gigantes, esses sim, usam de todo tipo de manobra para não pagar as multas que devem ao Estado. Eu quero citar só um exemplo, só um exemplo, a usina hidrelétrica de Sinop, quantos centavos a usina hidrelétrica de Sinop já recolheu de multas aplicadas pelo Estado ao erário, quanto? Quanto que a usina hidrelétrica de Sinop, que não é pequena, recolheu de multas aplicadas pelo Estado, dos muitos desastres ambientais, desastres, entre aspas, dos muitos crimes ambientais que ocorreram lá?

Outra coisa, prescrever o prazo para o andamento do processo administrativo da multa não impede que a Sema encaminhe ao Ministério Público Estadual para que o Ministério Público Estadual acione esses gigantes e peça indenização pelos danos que foram praticados, isso está sendo feito?

Então, são essas as questões que nós queremos esclarecer, inclusive para proteger os pequenos, que são penalizados em detrimento dos gigantes.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Então, encerrada a discussão. Em votação... Deixa eu perguntar, Deputado Dilmar Dal Bosco me falou em convite e aqui está escrito convocação.

O SR. DILMAR DAL BOSCO – Senhor Presidente, eu combinei com o Deputado Lúdio Cabral que vai aprovar o requerimento e vai fazer o convite à secretária por Vossa Excelência, pela Mesa Diretora. A secretária confirmou que vai vir dia 30, às 9h. Pedi ao Lúdio se podia ser no dia 30 dia; e no dia 30, às 9h da manhã, vai estar aqui, certo. Então, vai por convite da Mesa Diretora, falei com o secretário-chefe da Casa Civil, que autorizou, falei com a Mauren; o Deputado Carlos Avallone falou com a secretária e ela vai vir.

Eu sou da mesma informação que o Deputado Cattani, e aqui, senhor Presidente, só para a informação, o município de Feliz Natal, por entendimento de decreto, por entendimento da equipe técnica, muitas notificações a pessoas que não têm... Entendendo ocupação diária... Lá no Código Florestal Brasileiro dá o direito da ocupação diária da pessoa e não precisa ser corte raso, como está o entendimento hoje da Sema nas multas que estão aplicando, nas notificações que estão aplicando.

Então, eu acho importante a Mauren vir aqui discutir com o Deputado Lúdio Cabral, discutir com o Cattani, e ficou aí acertado, Presidente, do convite da Mesa Diretora, está confirmada a data, dia 30, às 9h da manhã, na sala 202, para atender essa demanda desse requerimento do Deputado Lúdio Cabral.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Então, estamos votando na verdade o convite, se for convocação, eu não tenho o que fazer, vou encaminhar para ela, o Plenário aprovou a convocação, e aí encaminho o convite, Deputado Dilmar, isso não existe no Regimento, desculpa-me.

O Sr. Lúdio Cabral – Só pela Ordem, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – ...ou nós votamos convite ou vota convocação.

O Sr. Lúdio Cabral – Senhor Presidente, assim, primeiro, regimentalmente só existe convocação...

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Mas o convite, Deputado Lúdio, é informal, nós podemos fazer, não tem problema, o Plenário aprova que vai ser encaminhado o convite...

O SR. LÚDIO CABRAL – O Plenário estará votando requerimento de convocação e a liderança do Governo já dialogou comigo, que sou autor, para no encaminhamento do requerimento fazer o convite, até porque a secretária já confirmou que estará presente.

Secretaria de Serviços Legislativos
Nós sabemos como é a dinâmica aqui em plenário, não vou tencionar, convoca, convoca, convoca, sabendo que o Líder já deu a palavra aqui de que ela estará presente no dia 30. O que eu estou dizendo aqui é, regimentalmente, nós só votamos convocação. Agora, votada a convocação, a Mesa converte em convite.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Nós podemos, sim, fazer o convite, podemos fazer o convite...

O SR. LÚDIO CABRAL – Mas vamos votar o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Convite é algo que você pode fazer para qualquer um, estamos convidando a pessoa para vir à Assembleia...

O SR. LÚDIO CABRAL – Mas não precisa aprovar em plenário o convite.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Pode votar também, não tem problema nenhum. Agora, eu não posso votar uma convocação e aí eu encaminho para ela: “estou convidando a senhora de acordo com a convocação do Plenário”, não existe isso...

O SR. LÚDIO CABRAL – Muito bem, o requerimento respeita o Regimento Interno, requerimento respeita o Regimento Interno da Assembleia e não há outra forma de o requerimento ser proposto, é um requerimento de convocação.

O Sr. Dilmar Dal Bosco – Presidente, então, eu vou orientar a base do Governo...

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Vota contra e depois nós fazemos o convite...

O Sr. Dilmar Dal Bosco – Votar contra e depois nós vamos convidar, então vamos votar contra a convocação e nós vamos convidar, pela Mesa Diretora, a presença da secretária Mauren, então a orientação é votar contra o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Ok, aí eu concordo.

Em votação o requerimento do Deputado Lúdio Cabral. Quem for a favor permaneça com está. Quem for contra se manifeste... Depois nós vamos fazer o convite.

O Sr. Wilson Santos – Presidente, isso é discutir sexo de anjo, a secretária vem, se ela vem de bicicleta, de uber, de táxi, não vamos discutir isso. (RISOS) O Líder já comunicou, a secretária vem, se vem por convite, por convocação, é o de menos, a secretária vem.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Empatou, o Presidente vota, eu voto pela não convocação.

Nós vamos fazer o convite conforme combinado com o Deputado Lúdio Cabral.

O Sr. Dilmar Dal Bosco – Senhor Presidente, só uma Questão de Ordem, Presidente. Então, Vossa Excelência vai fazer o convite à secretária, mas tem o requerimento do Deputado Dr. Gimenez convocando a secretária de Saúde, até combinei com o Lúdio, ela virá na próxima terça-feira, na Comissão de Saúde, e o requerimento está com data de dia 5, então ela vai antecipar a vinda aqui, à Assembleia Legislativa.

Só quero informar, e o requerimento foi retirado, só deixar para a Comissão de Saúde que ela virá aqui na próxima terça-feira, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Eu vou colocar três projetos para votar, eu vou votar o projeto do Pantanal, está bom pessoal, para liberar o pessoal que está aí acompanhando, eu vou antecipar.

Em redação final, Projeto de Lei nº 1.285/2019, do Deputado Valdir Barranco, que institui a política estadual de incentivo à prática profissional de esportes eletrônicos.

Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os que aprovam, permaneçam como estão. (PAUSA) Aprovado. Vai ao Expediente

Em redação final, Projeto de Lei nº 580/2020, do Deputado Dr. João, que garante às crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade a prioridade de vagas nas escolas de tempo integral da rede pública (DE ENSINO DO ESTADO DE MATO GROSSO).

Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os que aprovam, permaneçam como estão. (PAUSA) Aprovado. Vai ao Expediente

Em redação final, Projeto de Lei nº 5/2022 (MENSAGEM Nº 2/2022, DE AUTORIA DO PODER EXECUTIVO), que condiciona a fruição do benefício relativo ao gás natural nas hipóteses que especifica ao recolhimento de contribuição ao FUS/MT.

Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os que aprovam, permaneçam como estão. (PAUSA) Aprovado. Vai ao Expediente

Agora o projeto de lei do Pantanal.

Projeto de Lei nº 3/2022 (EM 1ª DISCUSSÃO), de Lideranças Partidárias, que altera dispositivo da Lei nº 8.830, de 21 de janeiro de 2008, que dispõe sobre a Política Estadual de Gestão e Proteção à Bacia do Alto Paraguai no Estado de Mato Grosso. Parecer favorável da Comissão de Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Recursos Minerais ao Projeto de Lei nº 561/2022, bem como da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, acatando as Emendas nºs 1 e 2; restando rejeitado o Projeto de Lei nº 3/2022.

Em discussão... Para discutir, Deputado Lúdio Cabral e depois Faissal.

O SR. LÚDIO CABRAL – Bom, senhor Presidente, primeiro, eu quero deixar claro aqui o nosso compromisso com o Pantanal e com os pantaneiros, e o nosso compromisso com

o desenvolvimento de atividades econômicas que sejam sustentáveis no Pantanal, dentre elas a pecuária, que é uma atividade hoje exaurida por uma série de razões.

O projeto de lei pretende enfrentar essa pauta, mas aí eu quero aqui colocar alguns questionamentos.

Limpeza de pastagem, há um decreto, que é o Decreto nº 785/2021, que é de conhecimento dos pantaneiros, que já permite o manejo de pastagem e a limpeza dos pastos. Aí eu pergunto, o que foi implementado de prática pelo Estado de Mato Grosso, pelo Poder Executivo para permitir o cumprimento do que está disposto no decreto?

Todas as pessoas com quem eu conversei, que são pantaneiras, disseram que tem extrema dificuldade para aprovar as autorizações para poder fazer a limpeza de pastagem no ano de 2021 (*sic*), e o dispositivo legal, o dispositivo normativo, que é o Decreto nº 785, já existe, então não é a alteração da lei do Pantanal que irá resolver um problema que é de natureza executiva, administrativa, operacional do Estado; porque, às vezes, podemos, com boa intenção, alimentar expectativas que não serão cumpridas, a partir da aprovação de uma lei.

Segundo, eu fiz questão de analisar as notas técnicas da Embrapa e comparar o texto do projeto de lei, e aí há dois problemas: primeiro, recomendações que favorecem o desenvolvimento da pecuária que não constam no texto do projeto de lei, vou dar só um exemplo, a permissão para a utilização de 30 a 40% de supressão de vegetação para cultivo de gramíneas, não está no texto do projeto de lei.

Segundo, o conteúdo no texto do projeto de lei que é ilegal, área de preservação permanente, existe uma definição na legislação federal e a lei estadual não pode desrespeitar... (TEMPO ESGOTADO)

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Mais um minuto, Deputado Lúdio.

O SR. LÚDIO CABRAL – ...a legislação estadual não pode desrespeitar uma definição que a lei federal estabelece.

Então, assim, eu estou fazendo o pedido de vista do projeto, senhor Presidente, para aprimorarmos o conteúdo dele, estou pronto para sentar à mesa com todos os que estão aqui hoje, para debatemos o seu conteúdo para aprimorá-lo.

Inclusive há um requerimento de audiência pública aprovado na semana passada, na Sessão da semana passada, para o dia 30, às 9h, para debater esse projeto. E aí volto a dizer, o que os pantaneiros, o que a pecuária no Pantanal precisa, primeiro, é de crédito, que hoje não tem para se tornar viável; segundo, de tecnologia, porque uma pecuária sustentável pode agregar valor econômico ao que se produz lá; e, terceiro, uma legislação que sintonize, de verdade, proteção com a possibilidade de desenvolvimento de atividades.... (TEMPO ESGOTADO)

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Deputado Lúdio, eu só vou dar uma sugestão para o senhor, o senhor poderia marcar uma reunião com a Comissão, se quiser, lá na Presidência e depois... Quem sabe a solicitação que o senhor está fazendo dá para nós fazermos um acordo e fechar com uma emenda, (APLAUSOS) e aí continua, não vejo problema nenhum nisso.

O SR. LÚDIO CABRAL – É esse o objetivo, é esse o objetivo! Agora, nós não vamos fazer isso em poucos minutos, porque nós precisamos colocar as recomendações da Embrapa ao lado do texto do projeto para que vocês mesmo vejam o que está e o que não está.

Eu não sei se vocês tiveram a oportunidade de fazer isso, eu tenho técnicos que estão trabalhando sobre isso, e a previsão nossa é concluir aquilo que nós estamos estudando até a próxima Sessão, para trazermos as emendas que queremos apresentar...

O Sr. Wilson Santos – Permita-me aparte, Deputado Lúdio.

O SR. LÚDIO CABRAL – ...então, senhor Presidente, assim, nós encontraremos o bom caminho, mas a pressa é inimiga da perfeição e há problemas que já deveriam estar resolvidos, que é de responsabilidade do Governo do Estado, e não foram até hoje, um deles, o Decreto nº 785/2021, os pecuaristas, os pantaneiros podem falar com muito mais propriedade sobre ele do que eu.

O Sr. Wilson Santos – Para discutir, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Deputado Wilson Santos.

O SR. WILSON SANTOS – Presidente, eu fico muito feliz com a fala do Deputado Lúdio Cabral, que é um Deputado extremamente responsável, e eu fiz questão de anotar aqui as observações, são poucas observações que Vossa Excelência faz na verdade, estamos muito próximos do entendimento.

O senhor coloca que o Decreto nº 785/2021 já autoriza limpeza. Já estão autorizadas, então já há um arcabouço legal fazendo a devida autorização para as limpezas.

Anteontem, eu estive lá, o que nós tínhamos dúvidas é: pode limpar ou não as cordilheiras, pode limpar ou não a parte mais alta, esse gado que vai estar mergulhado na água até as canelas durante o dia, onde é que ele vai dormir? Se nós autorizamos aqui o avanço da pecuária, esse gado vai estar pastando na planície alagável do Pantanal, ele pasta durante o dia, o gado não é como o cavalo, gado dorme, cavalo dorme menos, mas gado dorme, ele tem que dormir numa área mais alta, pode ou não pode tirar essa vegetação nativa das cordilheiras.

E o senhor disse aqui de 30 a 40%, já há uma legislação que permite, se eu estiver equivocado, o senhor me corrige, a substituição da vegetação nativa por gramíneas, por isso que eu pedi aparte para Vossa Excelência, Vossa Excelência não ouviu, se Vossa Excelência puder voltar ao microfone, eu gostaria que o senhor tirasse minha dúvida, 30, 40% podem ser incorporados, quer dizer, a mais, quer dizer, o projeto está deixando de atender uma recomendação da Embrapa a favor da pecuária? É isso que eu entendi, ou eu estou errado.

O Sr. Lúdio Cabral – Deputado Wilson Santos, são duas coisas. Primeiro, a recomendação da Embrapa Pantanal fala da possibilidade de supressão de 30 a 40% da vegetação nativa para plantação, para o cultivo de pasto de gramíneas.

Agora, ela também estabelece...

O SR. WILSON SANTOS – E o senhor quer, Deputado, que isso esteja na lei?

O Sr. Lúdio Cabral – ...isso não está.

O SR. WILSON SANTOS – Ou isso pode ser regulamentado via decreto?

O Sr. Lúdio Cabral – ...isso não está no texto do projeto de lei, isso não está.

O SR. WILSON SANTOS – Mas, isso pode ser regulamentado via decreto, não é, Deputado Carlos Avallone?

O Sr. Lúdio Cabral – Não, não, não, decreto só regulamenta aquilo que está na lei...

O SR. WILSON SANTOS – Então, o senhor vai fazer essa emenda?

O Sr. Lúdio Cabral – ...não, não, não, calma, deixa eu terminar de falar, Deputado Wilson Santos.

Então, isso está na recomendação; mas, ao mesmo tempo, a recomendação da Embrapa estabelece onde isso pode ser feito. Ela estabelece uma série de regras, por exemplo, para as áreas de reserva legal, para a necessidade de corredores para a biodiversidade, então há uma série de critérios colocados nas recomendações da Embrapa que precisam constar no projeto de lei, que não estão.

De um lado, ele deixa, por exemplo, de colocar esse requisito... Eu estou com técnicos estudando se esse requisito é possível ou não.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Vou conceder mais um minuto para os senhores aí.

O SR. WILSON SANTOS – (RISOS) Ele está no aparte, Excelência.

O Sr. Lúdio Cabral – Mas é bom o debate.

Agora, ao mesmo tempo, ele, por exemplo, permite a pecuária em área de preservação permanente, então há um conflito com a legislação federal. Quando trata de área de preservação permanente, há um conceito que está só na lei estadual do Pantanal, que é a área de conservação permanente, que é um conceito que não está na legislação federal.

Então, são temas que nós precisamos debater com cuidado, para poder aprovar algo que favoreça o desenvolvimento econômico e socioambiental ao mesmo tempo. Por isso, o cuidado que nós precisamos ter ao tratar dessa pauta.

E há um tema que sequer é levantado, que é o tema da mineração, por exemplo...

O SR. WILSON SANTOS – Ok, Deputado, não vamos avançar no outro tema não.

Deputado, eu consultei o Deputado Avallone, que pilotou todo esse projeto, pilotou todas essas discussões e há questões aqui que podem ser abarcadas pelo projeto, pela lei e há questões... (TEMPO ESGOTADO)

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Mais um minuto para o Deputado Wilson concluir.

O SR. WILSON SANTOS – ...há questões que podem estar na lei e há questões que podem e devem ir para a regulamentação, por exemplo, conceitos de preservação e conservação são distintos, conservação é uma coisa, preservação é outra; para a planície alagável é uma coisa, inundável outra.

Então, Vossa Excelência tem regimentalmente o direito à vista. Gostaria que Vossa Excelência fosse célere, como tem sido em tantos temas, para que nós possamos... (APLAUSOS)... Sob a coordenação do Deputado Carlos Avallone, que desde o início tem tratado desse tema e não tem impedido que nós façamos discussões *in loco* com os pecuaristas, com o prefeito, com a Câmara Municipal.

E, mais uma vez, doutor Raul, terminada essa etapa, que está muito próxima, as divergências do Deputado Lúdio Cabral são pequenas, são divergências que eu poderia dizer, adjetivos, não é... (TEMPO ESGOTADO)

O Sr. Carlos Avallone – Deputado...

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Deputado...

O SR. CARLOS AVALLONE – ...Deputado Lúdio, não há problema nenhum, acabei de conversar com a secretária Mauren, não há essa divergência que o senhor está imaginando.

O senhor acha que nós íamos fazer um projeto desse, em que o principal são três temas: os 30, 40% de gramínea, a limpeza de pasto e o contrafogo, e nós não colocaríamos isso na lei ou não permitiríamos? Lógico que não, colocamos sim.

Não colocamos com esse texto, mas colocamos que seria feito conforme a legislação por decreto, está colocado na lei. Mas não tem problema, querendo colocar especificamente... É um direito e nós vamos acatar, sem problema nenhum. Prepare, só cuidado com a redação, para que não saia muito fora do que colocam as notas técnicas.

Reafirmo, só faremos o que está na nota técnica, não faremos nada diferente, só faremos o que está na nota técnica, fique tranquilo, o senhor tem direito à vista, é regimental, e ele será célere, porque o Regimento exige a celeridade dele. Na semana que vem, quarta-feira, com certeza, nós vamos votar em primeira, porque o Regimento assim permite.

Muito obrigado. (APLAUSOS)

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Ok. Deputado Faissal.

O SR. FAISSAL – Bom dia a todos. Eu só gostaria de fazer um testemunho, deixar claro para todos vocês que não existe ninguém na face da terra que queira mais a preservação do Pantanal do que o homem pantaneiro, é lá onde nós vivemos, é lá o nosso habitat natural, é lá de onde nós tiramos o nosso sustento e a gente não quer degradar o Pantanal; pelo contrário, queremos ver o Pantanal firme e forte, sendo suas nascentes, rios... Simplesmente porque é o lugar onde nós escolhemos para viver e, mais do que isso, é de onde tiramos o nosso sustento.

Então, gostaria de falar para o Deputado Lúdio e a todos que nos acompanham da galeria, em nome do Raul, do nosso prefeito Tatá, ano passado, como o homem do Pantanal, pecuarista, nós não conseguimos na nossa fazenda a limpeza do pasto e o fogo vindo, e o desespero bateu, e nessa hora nós não nos vimos salvaguardado por nenhum órgão de fiscalização e nenhum órgão público, nem Corpo de Bombeiros, polícia, ninguém, simplesmente estávamos sozinhos no meio do fogo.

E o Poconé, Pantanal, principalmente em Poconé, pelo mapa de (ININTELIGÍVEL), é a região mais quente que há no Estado de Mato Grosso, se não fizermos a limpeza da pastagem, Lúdio, com certeza, todo ano sofreremos incêndio. Incêndio vai matar não só a vegetação, mas vai matar principalmente os animais nativos.

Então, não é isso que nós queremos, queremos ver a preservação do Pantanal. Então, na verdade, um homem pantaneiro está ajudando o meio ambiente, e é esse testemunho que gostaria de passar para todos vocês, tenho fazenda em Poconé, tenho fazenda no Pantanal, nós precisamos, sim, trabalhar em prol não só da pecuária, mas sim do meio ambiente.

É isto que nós queremos fazer: é preservar, e essa lei tem que ser aprovado.

Obrigado. (APLAUSOS)

O Sr. Carlos Avallone – Presidente, só para tranquilizar o Deputado Lúdio, Deputado Lúdio, em Mato Grosso do Sul a autorização de gramínea é por decreto. Então, é comparativo ao do Mato Grosso do Sul e a Embrapa está dando as mesmas condições. Lá é por decreto, mas querendo pôr na lei, colocamos, não há problema, reforçar não custa nada, tá bom!

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Ok, então, Deputado pediu a vista, vou conceder a vista ao Deputado Lúdio, compartilhada com Valdir Barranco.

Eu peço que os senhores se reúnam e resolvam; porque, semana que vem, nós temos Sessão e depois outra semana e aí nós vamos entrar de recesso, então vamos resolver isso o mais rápido possível.

Eu vejo assim, Avallone, há coisas que vão por decreto, se o Lúdio quer que põe na lei, põe na lei, qual o problema, não vai mudar em nada, então vamos colocar e votar logo isso. Tá bom, obrigado!

Vamos continuar, então, aqui. Concedido vista ao Deputado Valdir Barranco e ao Deputado Lúdio Cabral.

Pessoal, nós vamos votar conta do Tribunal de Contas relativo a 2020, eu preciso que vocês estejam com os tablets, por favor, quantos que estão conectados com os tablets? Todos? Conferem aí.

Só temos 11. Por favor, vamos conectar. Quem que falta? Ulysses está conectado.

(PAUSA)

(O PLENÁRIO QUESTIONA O SR. PRESIDENTE.)

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Permite vista sim, Deputado, já tem esse precedente, então permite.

Então, votação do Tribunal de Contas, concedo vista de cinco dias para os Deputados Dilmar, Thiago, Ulysses e Claudinei.

Na próxima Sessão, vocês tragam os tablets, porque não vai mais ser permitido vista e nós vamos ter que votar.

Nós temos também PEC para ser votada, mas o número também está meio ruim.

Projeto de Resolução nº 336/2022, do Deputado Carlos Avallone, que altera dispositivos da Resolução nº 6.597, de 10 de dezembro de 2019, para batizar de José Garcia Neto a Medalha do Mérito Industrial (COM PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO, EM 1ª DISCUSSÃO).

Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os que aprovam, permaneçam como estão. (PAUSA) Aprovado. Vai à 2ª votação.

Projeto de Resolução nº 183/2022 (EM 1ª DISCUSSÃO), da Mesa Diretora, que dispõe sobre a jornada de trabalho do Técnico Legislativo de Nível Superior que exerça a função de médico ou de odontólogo. Com parecer favorável da Comissão de Trabalho e Administração Pública nos termos do Substitutivo Integral nº 1.

Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os que aprovam, permaneçam como estão. (PAUSA) Aprovado. Vai à 2ª votação.

Projeto de Resolução nº 220/2022 (EM 1ª DISCUSSÃO), da CPI da Previdência, que aprova o Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito da Previdência dos Servidores do Estado de Mato Grosso e dispõe sobre os encaminhamentos de cópia integral dos autos às autoridades competentes. Com parecer favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Redação nos termos do Substitutivo Integral nº 1.

Em discussão. Encerrada a discussão...

(O PLENÁRIO QUESTIONA O SR. PRESIDENTE.)

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – ...todas as CPIs estão encerradas, o prazo para apresentar o relatório já está se esgotando, Deputado Wilson Santos, Deputado Elizeu Nascimento.

Encerrada a discussão. Em votação. Os que aprovam, permaneçam como estão. (PAUSA) Aprovado. Vai ao Expediente.

Peço também que faça um relatório para cada gabinete de Deputado... Que encaminhe uma cópia da CPI, viu, Zé, para cada gabinete.

Projeto de Lei Complementar nº 28/2021 (EM 1ª DISCUSSÃO), do Delegado Claudinei, que altera a redação do art. 154-A da Lei Complementar Estadual nº 407, de 30 de junho de 2010. O parecer é contrário da Comissão Especial.

Em discussão... Para discutir, o Deputado Delegado Claudinei

O SR. DELEGADO CLAUDINEI – Isso aqui é uma demanda antiga, senhor Presidente, colegas Deputados, da Polícia Civil relativa aos escrivães, investigadores, que estão com dificuldades nas promoções, na progressão, principalmente na progressão na carreira, em que nós temos os níveis de um a dez, e eles estão sendo prejudicados nisso há muito tempo.

Então, propomos essa alteração na Lei Complementar Estadual nº 407, que é o nosso Estatuto da Polícia Civil, acrescentando só no artigo primeiro que os escrivães... Acrescentando no 154-A que os escrivães de polícia e investigadores da polícia terão um aproveitamento de seu tempo de serviço efetivo prestado na Administração Pública direta, autárquica, fundacional, empresas públicas, sociedade de economia mista da União, estados, municípios e Distrito Federal ainda não computado para fins de enquadramento em nível, na

proporção de dias, contados de acordo com o Anexo II, mediante comprovação e formalização de processo devidamente instruído.

Então, é questão só de aproveitar o tempo, mesmo que tenha atuação na área do serviço público no município, estado ou no Distrito Federal ou na União.

Mas, eu deixo como sugestão, Presidente, sei que é difícil aprovarmos isso, que seja encaminhado como anteprojeto, de acordo com, salvo engano, o artigo 142 do Regimento Interno nosso, que seja encaminhado como anteprojeto, caso não seja... Já temos o parecer contrário aqui da CCJ, e seja encaminhado ao Governo do Estado para estudo e a possibilidade desse aproveitamento do tempo de serviço para a promoção, enquadramento nos níveis, para os escrivães, investigadores da Polícia Civil, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Então, encerrada a discussão, o parecer é contrário, então quem for favorável ao parecer permaneça como está. Quem for contra se manifeste. (PAUSA) Com 5 votos contrários, 6 votos contrários... Por favor, levantem a mão de novo, eu vou pedir para Zé contar. Por 6 votos contrários, com 7 votos contrários... Quantos favoráveis? Com 10 votos favoráveis ao parecer e 5 contrários, o projeto está reprovado e vai ao Arquivo.

O Sr. Xuxu Dal Molin – Presidente, pela Ordem.

Queria pedir para incluir o PL nº 328/2021, que trata do projeto de processo administrativo de Mato Grosso. Inclusive, eu queria convidar todos os Deputados para assinar esse projeto, ele vai modernizar, porque há muitas leis de apoio, jurisprudência que já atualizaram e nós estamos lá com o código velho ainda, então vai agilizar, é bom para o servidor, é bom para o Estado, nós vamos deixar no Estado de Mato Grosso mais célere os procedimentos.

Então, queria pedir a todos os Deputados que, se possível, Presidente, coloque na pauta, votamos em primeira e todos pudessem assinar... Óbvio, as sugestões, a Comissão, a CCJ aprovou ontem e é muito importante para os servidores e para o nosso Estado.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) – Projeto de Lei Complementar nº 46/2022 (EM 1ª DISCUSSÃO), do Deputado Eduardo Botelho, que altera a Lei Complementar nº 389, de 31 de março de 2010, que reestrutura a carreira dos profissionais do Sistema Penitenciário. Parecer favorável da Comissão Especial nos termos do Substitutivo Integral nº 1.

O Deputado João Batista pediu vista, eu concedo vista ao Deputado João Batista de cinco dias.

O projeto, Deputado Wilson Santos, até o Deputado João Batista concorda com ele. As pessoas que trabalham no administrativo da polícia, lá dentro do sistema prisional, fazem também a ronda ali dentro ali, andam ali dentro; eles também têm o direito de andar, de portar arma, é isso que nós estamos dando, o direito para eles. O João Batista concorda também com isso, ele apenas quer fazer algumas alterações, eu acho que eu estou de acordo também.

O SR. JOÃO BATISTA DO SINDSPEN - Questão de Ordem, Presidente.

Na verdade, como eu já falei logo no início, eu parablenizo o Deputado Eduardo Botelho pela propositura, mas, assim, existem algumas situações a serem corrigidas e por isso a gente está pedindo vista, inclusive, em consenso com o autor e com o líder do governo, só para que não haja prejuízo também na questão do porte dos policiais penais; mas eu particularmente também concordo que os demais servidores da área de segurança, que têm acesso direto com preso, têm que ter o direito também da sua defesa, inclusive, fora de serviço.

É para isso que nós pedimos essa vista; para, em consenso, acharmos uma alternativa que não prejudique os demais também.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Em 1ª discussão, Projeto de Lei Complementar nº 47/2022, de autoria do Deputado Eduardo Botelho, que acrescenta dispositivos à Lei Complementar nº 592, de 26 de maio de 2017, que dispõe sobre o Programa de Regularização Ambiental - PRA, disciplina o Cadastro Ambiental Rural - CAR, a Regularização Ambiental dos Imóveis Rurais e o Licenciamento Ambiental das Atividades poluidoras ou utilizadoras de recursos naturais, no âmbito do Estado de Mato Grosso, e dá outras providências. O parecer é favorável da Comissão Especial.

Encerrada a discussão. Em votação. Os que aprovam o parecer permaneçam como estão, quem for contra se manifeste. (PAUSA) Aprovado. Vai à 2ª discussão.

Em 1ª discussão, Projeto de Lei Complementar nº 18/2022, Mensagem nº 22/2022 (LÊ-SE: MENSAGEM Nº 43/2022), de autoria do Poder Executivo, que revoga, altera e acrescenta dispositivo à Lei Complementar nº 498, de 04 de julho de 2013, que institui o Fundo Penitenciário do Estado de Mato Grosso - FUNPEN/MT e dá outras providências. O parecer é favorável da Comissão Especial, rejeitando a Emenda nº 1.

Em discussão. Para discutir, Deputado Ulysses Moraes.

O SR. ULYSSES MORAES - Presidente, eu gostaria de pedir vista desse projeto e já solicitar ao líder que explique por que é que o governo está retirando o dispositivo da prestação de contas. Exatamente. Esse projeto retira, ele traz uma série de atualizações e nomenclaturas, mas ele retira um dispositivo que trata da prestação de contas.

Então, a gente gostaria desse esclarecimento para saber o que está acontecendo, por que é que está retirando esse dispositivo da prestação de contas e se eventualmente dá para se trabalhar uma emenda para que a gente acrescente novamente essa prestação de contas ao fundo.

O SR. JOÃO BATISTA DO SINDSPEN - Para discutir, Presidente.

Presidente, eu vou pedir ao Deputado Ulysses, na verdade... inclusive essa questão da prestação de contas era uma emenda que eu tinha colocado restituindo um artigo que tinha anteriormente.

Só que a questão do Funpen, na verdade, ele nem é administrado pelo Executivo, ele tem participação do Ministério Público, do Judiciário, de todo o mundo, inclusive tem o Conselho Penitenciário, tem o Copen. Eu tinha feito essa emenda, a emenda não passou, mas já existe essa questão da prestação de contas, inclusive de forma, vamos dizer assim, de forma multi-institucional.

Eu queria solicitar ao Deputado Ulysses Moraes que pudesse devolver para podermos votar, Deputado, pelo seguinte: nós apresentamos um projeto aqui que tinha vício de iniciativa, que era para a cobrança do valor da locação das tornozeleiras. E o governo, concordando com esse projeto, entramos em um consenso, retirei o meu projeto, o governo apresentou o projeto; já é lei aqui no Estado de Mato Grosso e até hoje não se conseguiu fazer a cobrança da locação das tornozeleiras.

Então, esse projeto é para recepcionar a cobrança das tornozeleiras eletrônicas; então, é algo que é bom para a sociedade, é bom para o caixa do Estado, e a gente estará cobrando aqueles presos que tem condição de pagar pela locação de tornozeleira e fazer uso ali da progressão de regime.

Então, se for possível, Deputado Ulysses Moraes, eu gostaria que pudesse devolver para votarmos o projeto.

Obrigado.

O SR. ULYSSES MORAES - Presidente, eu vou deixar o questionamento novamente, vou apresentar essa emenda, porque não faz sentido retirar essa questão da prestação de

contas. É muito claro aqui; o artigo 5º, que foi retirado do projeto, diz o seguinte: “O Conselho Diretor do Funpen - MT prestará, anualmente, contas da sua aplicação ao governador do Estado e ao Tribunal de Contas do Estado.”

Eu não compreendo qual o motivo da supressão desse artigo. E já peço, inclusive, que na Comissão, na CCJR, na hora que a gente for apresentar a emenda, que se aprove essa emenda, porque nada mais justo do que um fundo ter uma prestação de contas descrita no artigo. Eu não vejo prejuízo algum, já que o Deputado que me antecedeu disse que, inclusive, isso já é uma prática.

Então, eu vou devolver o projeto para que seja votado em primeira, mas irei apresentar essa emenda e peço o apoio dos colegas na CCJR para que a gente torne essa emenda uma realidade.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - *Ok.*

Encerrada a discussão. Em votação. Os que aprovam o parecer permaneçam como estão, quem for contra se manifeste...

O Sr. Gilberto Cattani - Pela Ordem, senhor Presidente... Falaram hoje aqui que o senhor está bonito, que o senhor está alegre, que está feliz. Eu gostaria de fazer um pedido aqui, gostaria de pedir inversão de pauta...

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Calma aí, por favor, nós estamos em votação, assim que terminar, eu passo para o senhor, pela ordem.

O Sr. Gilberto Cattani - O senhor já fez a votação?

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Nós estamos em votação agora (RISOS), estamos votando, Cattani; estamos votando agora.

Então, aqueles que forem favoráveis ao parecer permaneçam como estão, os contrários se manifestem. (PAUSA) Aprovado por unanimidade. Vai à 2ª discussão.

Agora, sim; por favor.

Secretaria de Serviços Legislativos O SR. GILBERTO CATTANI - Obrigado, Presidente.

Eu gostaria de pedir inversão de pauta do Projeto de Lei nº 1.052/2021, de minha autoria, se o senhor permitir. Não ficou bravo, não, né?

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Vamos conceder.

O SR. GILBERTO CATTANI - Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Em 1ª discussão, Projeto de Lei nº 09/2022, de autoria do Deputado Delegado Claudinei, que acrescenta dispositivo à Lei Estadual nº 11.578/2021. O parecer é favorável da Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte, acatando a Emenda nº 01.

Encerrada a discussão. Em votação. Os que aprovam permaneçam como estão, quem for contra se manifeste. (PAUSA) Não havendo nenhuma manifestação contrária, está aprovado por unanimidade. Vai à 2ª discussão.

Em 1ª discussão, Projeto de Lei nº 1.052/2021, de autoria do Deputado Gilberto Cattani, que dispõe sobre a autorização para cultivo da espécie exótica *Pangassius* - o que é isso? - *Hipophthalmus* no âmbito do Estado de Mato Grosso. Bem exótica mesmo, hein? O parecer é favorável da Comissão de Agropecuária, Desenvolvimento Florestal e Agrário e de Regularização Fundiária.

Encerrada a discussão. Em votação. Os que aprovam permaneçam como estão (PAUSA) Aprovado. Vai à 2ª discussão.

Quero fazer uma cobrança... Ah... O voto contrário do Deputado Lúdio Cabral, por favor... Contrário? Ahn! Abstenção.

Eu quero fazer uma cobrança aqui para a Comissão de Segurança. O Deputado Wilson Santos me cobrou e eu solicito dos senhores que disponibilizem para ser votado na próxima sessão o projeto do Deputado Wilson que visa à colocação de câmeras... Como é chamado? *Bodycam*, as câmeras corporais para os policiais.

Por favor, Comissão de Segurança, libere para votação na próxima Sessão.

O Sr. Delegado Claudinei - Pela Ordem, Presidente, só para...

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - *Ok!* Pela ordem.

O SR. DELEGADO CLAUDINEI - Esse projeto do Deputado Wilson Santos passou ontem na Comissão de Segurança na nossa reunião. A maioria dos membros votou pelo parecer contrário ao projeto, acatando um substitutivo apresentado pelo Deputado Sargento Elizeu.

Então, já está pronto para vir para o Plenário, Presidente, já passou ontem e já foi votado na Comissão de Segurança.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Obrigado, Deputado Claudinei.

Em 1ª discussão, Projeto de Lei nº 39/2022, de autoria dos Deputados Ulysses Moraes, Xuxu Dal Molin, Gilberto Cattani, Valmir Moretto, Elizeu Nascimento, Delegado Claudinei... Já está quase aprovado com tanto autor, né... (RISOS) ...que reconhece o risco da atividade e a efetiva necessidade do porte de armas de fogo ao atirador desportivo integrante de entidades de desporto legalmente constituídas nos termos do inciso IX, do artigo 6º, da Lei Federal nº 10.826/2003. O parecer é favorável da Comissão de Segurança Pública, restando prejudicados os Projetos de Lei nºs 82/2022, 86/2022, 107/2022, 113/2022 e 320/2022, todos apensos.

Em discussão. Para discutir, Deputado Ulysses Moraes.

O SR. ULYSSES MORAES - Presidente, esse é um projeto que tramita na Casa há alguns dias, foi pedido vista pelo Deputado do PT, e não se trata de um projeto de porte de arma, de ter arma ou de não ter arma; trata-se aqui, Deputado Wilson Santos, de um projeto de liberdade, quem quer ter deve poder ter, cumprindo os requisitos, que não são fáceis.

Recentemente, Deputado Eduardo Botelho, até saiu uma piada no Dia dos Namorados, para quem quisesse... as mulheres que estivessem procurando ou até os homens que estivessem procurando namorado, namorada, e estivessem querendo alguém sério, era só procurar alguém que é CAC ou que possui porte de armas, tendo em vista que você tem que ter bons antecedentes criminais, você tem que passar no psicotécnico, e você tem que ter preenchido vários outros requisitos, ou seja, uma pessoa que seria uma pessoa boa, uma pessoa de bem para a sociedade, uma ótima pessoa para namorar.

Mas, passada agora aqui a discussão, nós estamos aqui diante de um projeto de liberdade, de um projeto que reconhece a necessidade do porte de arma para os atiradores esportivos e que reconhece a efetiva atividade de risco; isso todo mundo sabe, isso não é segredo, teremos aqui também o projeto dos vigilantes que foi apresentado também pelo Deputado que acabei de citar.

Mas o que me chateia, Deputado Eduardo Botelho, é que o governador Mauro Mendes já vem dando declarações de que vai vetar o projeto; mas, ao mesmo tempo que ele diz que vai vetar o projeto, ele diz que não leu o projeto; ou seja, ele nem ao menos sabe do que se trata o projeto, e ele já se declara contra a categoria.

E o mais engraçado é que ele também dá a declaração de que armar a população no combate ao crime é populismo; mas, numa busca rápida, nós verificamos que o governador Mauro Mendes possui uma arma registrada em seu nome. Ora! Se não é um hipócrita, é uma pessoa que se contradiz muito.

Mas pedimos que aqui na Assembleia Legislativa os nobres pares deem esse voto para a liberdade. O porte continuará sendo requerido juntamente à Polícia Federal, nós sabemos da

constitucionalidade de projetos aqui, entendo muito bem, porque sou advogado, venho trabalhando vários temas nesse sentido e temos uma ótima equipe jurídica, tanto nesta Casa Legislativa quanto nos gabinetes.

Então, peço a aprovação dos colegas para tornar isso uma realidade e dar uma segurança jurídica aos atiradores esportivos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Para discutir, Deputado Xuxu Dal Molin.

O SR. XUXU DAL MOLIN - Presidente Eduardo Botelho e demais colegas, só na toada do colega Ulysses, os países que mais possuem armas de forma legítima, pessoas preparadas, capacitadas, são os que menos têm violência, latrocínios e homicídios; inclusive, quanto mais CAC surge no Brasil, já, já vamos ser um milhão, o número de homicídio em nosso país já está caindo para menos de quarenta mil/ano, que eram mais de sessenta. Isso são números, não são promessas, propagandas, não são narrativas.

O Paraguai, por exemplo, que tem muitas armas na mão de pessoas... armas que eu digo de forma legal, pessoas preparadas, além do fato deles poderem estar exercendo sua atividade, o seu esporte.

Agora, quem tem uma arma em casa, pagou caro, que é caro ter arma, tem todos esses procedimentos. Aí, Presidente Eduardo Botelho, essa pessoa não tem o risco de guardar essa arma em casa? É óbvio que tem o risco; é um equipamento de risco.

Então, nós não podemos ser hipócritas aqui. Esse projeto - e eu quero parabenizar todos os Deputados que estão assinando e outros que possam vir a apoiar - nada mais é do que um avanço a mais na linha que o Deputado Ulysses falou, da liberdade das pessoas que quiserem, principalmente aqueles que estão vivendo às margens da estrutura de segurança pública, que estão nos sítios, nas fazendas, no campo; quando ele é CAC, ele consegue adquirir. Óbvio que tem outras formas também, por isso que eu fiz o requerimento hoje pedindo à Polícia Federal quantos portes eles estão concedendo aqui no estado, porque tem essa outra situação, para você ter porte ainda tem toda a questão subjetiva da Polícia Federal que está lá. E isso não é fácil.

Agora, se um estado está concedendo mais, o outro menos, quais que são os requisitos? Isso é ideologia política? Isso é vontade? Isso é estratégia? O que que é?

Então, nós precisamos tratar todos iguais, fazer a fiscalização, mas, acima de tudo, dar o direito a essa pessoa de exercer o seu esporte, mas também de ter uma arma que possa salvar a vida eventualmente da sua família ou proteger o seu patrimônio.

Eu peço o apoio de todos os colegas Deputados.

Não está dando porte para ninguém, mas está mostrando que é de risco a atividade do CAC, facilitando obviamente mais posteriormente essa pessoa adquirir o seu porte.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Deputado Delegado Claudinei.

O SR. DELEGADO CLAUDINEI - Presidente, também estamos juntos nesse projeto.

E, até visitando alguns clubes de tiros, vemos também as mulheres, muitas mulheres que têm se associado aos clubes, treinado. É muito importante, porque às vezes a mulher está em casa, sozinha com os seus filhos, e pode sofrer uma violência, uma invasão na sua casa, no seu domicílio; e aquela mulher, com certeza, devidamente treinada, capacitada, claro, passando pelo exame psicotécnico, exame psicológico, vai ter condições de defender também a sua família, principalmente quando está sozinha em casa; evitar um assalto, evitar um estupro e outros crimes violentos.

Então, as mulheres também estão se destacando e atirando bem nos clubes de tiro, temos verificado isso.

E, claro, essa lei é só um reconhecimento da necessidade, do risco dos atiradores esportistas que têm arma, armas caras realmente, e que podem ser abordados, tanto dentro ou fora da sua residência, numa ação principalmente de roubo.

E eu vou mais além - claro que nós temos que ter o apoio do Congresso Nacional, dos deputados, dos senadores -, há outras categorias que precisam ter facilitado o seu porte de arma. Eu sou favorável que os caminhoneiros tenham porte de arma, que os taxistas tenham porte de arma, que um proprietário de fazenda, de sítio, que às vezes tem que se deslocar trinta, quarenta quilômetros e pode ser abordado na entrada ou na saída de sua fazenda também, principalmente por esses assaltantes de agrotóxicos, ladrões, assaltantes de gado.

Então, são várias categorias... os vigilantes privados também, que são ameaçados dentro e fora do seu trabalho; os guardas municipais, que são ameaçados dentro e fora do seu trabalho. Então, são categorias que também sofrem e podem sofrer uma violência.

Então, eu sou favorável que seja expandido, mas isso, é claro, tem que ser um trabalho via Congresso Nacional e não Assembleia Legislativa. A Assembleia Legislativa realmente só está propondo que seja aprovado esse reconhecimento da efetiva necessidade para, principalmente, os atiradores, os esportistas dos clubes de tiro. E quem vai analisar depois disso é a Polícia Federal, se vai conceder o porte ou não em nível de Estado de... (TEMPO ESGOTADO)

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Deputado Valmir Moretto.

O SR. VALMIR MORETTO - Obrigado, Presidente.

Acredito que a Assembleia Legislativa está dando uma grande contribuição às pessoas que praticam esse esporte; são pessoas que cada vez mais vão levando profissionais, pessoas que vão fazer o seu entretenimento nesse projeto de lei.

É um projeto de lei que tem sido muito cobrado no Estado de Mato Grosso, não é, prefeito Hector? Prefeito de Mirassol D'Oeste, que está aqui nos assistindo, o nosso abraço; a vereadora Mileide, que está aqui também; e os demais vereadores que estão aqui nos ouvindo e nos assistindo.

É um importante projeto para o Estado de Mato Grosso, para as pessoas.

Quero parabenizar, Claudinei, porque eu acredito que esse projeto realmente precisa ser ampliado - e bastante - para mais pessoas no Estado de Mato Grosso, porque há muitas pessoas... as pessoas têm que ter o equilíbrio emocional para adquirir o porte, ele não vai chegar lá com o projeto de lei e levar o seu projeto e sair por aí com a sua arma fazendo desordem. Pelo contrário, essas pessoas são muito equilibradas, e até para ajudar na segurança, a pessoa podendo transportar a sua arma vai contribuir... Cada vez mais, que vai se aumentando os nossos clubes, nós vamos aumentando as pessoas que têm consciência da segurança pública, cada vez mais, nós vamos ajudando.

É lógico que a prática de atirar é uma prática esportiva, e as pessoas usam em seus clubes e fazem as suas competitividades, fazem os seus relacionamentos, buscam o entretenimento com seus amigos.

Então, é muito justo esse projeto, é um projeto que já era para ter sido votado há alguns dias, mas ainda não foi possível, só hoje, Presidente, depois... Mas têm uma leira de coautores que já dá unanimidade ao projeto, mesmo se tiver algum voto contra aqui, só os coautores do projeto já garantem esse projeto.

Nós estamos trabalhando também nesse projeto e fico muito feliz com a votação de hoje.

Obrigado e parabéns a todos os nossos clubes de tiro que cobraram o parlamentar da sua região para que esse projeto fosse aprovado.

Então, nossos parabéns aos organizadores, aos presidentes de clubes que mantêm essa ordem e essa disciplina.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Deputado Elizeu Nascimento; depois o Deputado Lúdio Cabral, para encerrar. Então, Deputado Elizeu. (PAUSA) Elizeu, pode falar; Elizeu, está com você.

O SR. ELIZEU NASCIMENTO - Senhor Presidente, senhores Deputados, coaduno com o projeto de lei do porte aos CACs, dos atiradores. Também tive um projeto de lei que havia apresentado e foi pensado ao projeto do Deputado Ulysses Moraes, que está em andamento, é um projeto de nossa coautoria também, estamos todos também como coautores desse projeto.

Eu acredito que é apenas legalizar algo que já acontece, porque os atiradores fazem o transporte dessas armas, e é muito mais arriscado muitas das vezes ele fazer o transporte, muita vez ser abordado... Como policial militar que serviu o Batalhão Rotam por quatorze anos, reconheço a atividade dos CACs; e também... até porque muitas vezes na abordagem encontra-se uma arma com esses atiradores e aí dá todo aquele transtorno, condução à delegacia e uma série de outras coisas.

Então, acho que está na hora de darmos um basta nessa situação de constrangimento aos CACs e também de darmos o direito a eles, até porque estão muito bem preparados para comprar uma arma e estão preparados para poder portá-la, até porque já fazem a utilização com excelência dessas armas.

E acredito que é o momento agora de nós podermos reconhecer, a Assembleia Legislativa pode fazer com que esse reconhecimento possa vir ao encontro das necessidades desses atiradores; além de ser um parâmetro que estaremos seguindo em nível nacional, que temos o deputado federal Eduardo Bolsonaro e também o apoio do nosso presidente Jair Bolsonaro, que defende essa atividade assim como nós também defendemos.

Então, CACs, contem com o apoio do Deputado Elizeu Nascimento, que está junto também nessa causa.

Forte abraço e contem conosco.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Deputado Gilberto Cattani; depois Wilson Santos e Lúdio Cabral.

O SR. GILBERTO CATTANI - Obrigado, senhor Presidente.

Senhor Presidente, na verdade, eu gostaria de fazer um relato de uma notícia que eu escutei hoje cedo, que eu ouvi hoje cedo: um vagabundo entrou numa fazenda onde estavam somente o marido e a esposa; ele, armado - e lá na fazenda não tinha arma nenhuma -, pegou o cidadão, amarrou, roubou o gado do cara no curral; mas, antes de sair, ele estuprou a mulher do rapaz na frente dele.

Eu fico imaginando o que esse casal gostaria de ter dentro da sua casa. Com certeza não era o Estatuto do Desarmamento, mas, sim, alguma coisa que eles pudessem encarar esse malfeitor de igual para igual. E é isso que nós falamos. Quando se fala em liberdade, é defender justamente a vida, é você ter liberdade para fazer a sua própria defesa.

O Estado não pode estar em todos os lugares, principalmente no campo, onde é a nossa área.

Quando foi feito neste país o Estatuto do Desarmamento, o povo optou por essa liberdade de poder escolher entre ter ou não uma arma de fogo; mas, mesmo assim, mesmo diante da

vontade do povo, os governos que aí estavam suprimiram essa vontade popular e não permitiram que a pessoa pudesse defender a sua própria vida, a sua família e o seu patrimônio.

Então, nós somos totalmente favoráveis a essa lei, todos nós fizemos uma lei igual a dos que estão constando como coautores; e estamos com total apoio a essa lei que está em nome de Ulysses Moraes.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Deputado Wilson Santos; depois o Deputado Lúdio Cabral, para encerrar... Ah, tem o Deputado Barranco também.

O SR. WILSON SANTOS - Presidente Eduardo Botelho, colegas Deputados, esse é um tema nevrálgico, é um tema que arrasta paixões e às vezes constroem-se cenas aqui hilariantes, senhor Presidente.

Nós não estamos discutindo armamento de fazendeiros, de sitiante, isso aí todos nós somos favoráveis, aqui eu duvido que haja algum Deputado contrário a um fazendeiro ter porte de arma, ter a sua arma, a sua espingarda no seu sítio, na sua chácara, na sua fazenda. Não é essa a discussão, não é essa a discussão. A discussão é se o atirador desportivo, aquele que pratica por lazer, por esporte, se ele terá ou não o direito de portar arma.

Se eu estiver equivocado, o senhor me corrija, Presidente, parece que esse que é o objeto da discussão. É isso, senhor Presidente? Confirma? *Ok*.

Há alguns poucos anos nesta cidade, uma jovem de 14 anos de idade, atiradora desportiva, deu um tiro na cara da sua colega de 14 anos de idade. O pai dela era atirador desportivo, um irresponsável, um criminoso, que permitiu que a sua filha, também atiradora desportiva, destruísse a vida de um ser humano e destruísse a vida dela própria, porque ela carregará para o resto da vida, infelizmente, a marca de uma assassina.

Não aproveitemos de uma situação para aprovar outra.

O fazendeiro, o sitiante, o arrendatário, o posseiro, o chacareiro... esses, todos nós defendemos o direito de ter um porte de arma, de ter arma na sua propriedade rural.

Secretaria de Serviços Legislativos Agora, por que é que esse atirador desportivo, que tinha tantas outras atividades de lazer para escolher, escolheu atirar? Respeito. Poderia jogar basquete, andar a cavalo, nadar, jogar futebol, ser corredor de rua, compor o time de *beach tennis*, tinha tantas... Eu respeito. “Eu quero atirar, eu quero derrubar.” *Ok*, eu respeito. *Ok*!

Por que que a sua arma não fica no clube... (TEMPO ESGOTADO)

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Mais um minuto para o Deputado.

O SR. WILSON SANTOS - Que haja espaço no clube para que ele guarde a sua arma, que ela esteja ali de forma reservada, segura. Por que é que ele tem que colocar essa arma na sua cintura? Aí ele para em um posto de combustíveis, quer comprar ali na conveniência uma água, ele desce armado; aí ele para na farmácia, desce armado; vai ao supermercado, desce armado... “Mas o senhor está armado.” “Mas eu estou vindo do clube de tiros”. Qualquer empurrão, qualquer provocação, ele ameaça.

Então, senhor Presidente, eu respeito os colegas Deputados.

Eu passei pelo Exército Brasileiro, atirei com tudo quanto é tipo de arma, com canhão, metralhadora... Não tenho arma, moro num sítio, não tenho arma, não tenho porte.

E o meu pai dizia: “Você só vai virar homem, meu filho, no dia que você aprender a levar desaforo para casa; enquanto você der uma de valentão, de bravo, principalmente contra bandido que tem perícia em municiar a arma, em manusear arma...” (TEMPO ESGOTADO)

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Deputado Valdir Barranco; depois, Lúdio Cabral.

O SR. VALDIR BARRANCO - Presidente Eduardo Botelho, quero aqui cumprimentar, antes de mais nada, a vereadora Idene Botelho, do município de Mirassol D'Oeste.

Eu acho que nós vivemos tempos muito estranhos em nosso país. Como é que vemos a polícia defender porte de armas para cidadãos comuns? A polícia, quando defende o porte de armas para os que não são agentes do sistema de segurança, ela está criando um problema para ela mesma resolver.

E, bem lembrado aqui pelo Wilson Santos, o nosso Deputado, o caso da menina Isabelle Ramos, que, aos 14 anos, foi assassinada por uma menor, amiga dela, que era atiradora; uma irresponsabilidade dos pais, uma menina de 14 anos, que deveria estar apenas concentrada nos estudos, atirando num clube de tiros.

Mas não é só a Isabelle, nós temos muitos exemplos no Brasil e fora do Brasil.

Eu ouvi aqui Deputado dizer que os países menos violentos são os que mais armam. É mentira! Os países que não têm violência são os que educam, e aí eu quero dar o exemplo do *ranking* da resiliência do mundo.

Primeiro, a Finlândia; segundo, Nova Zelândia; terceiro, Dinamarca; quarto, Islândia; quinto, Austrália; sexto, Noruega; em seguida, Reino Unido; em seguida, Uruguai. O que esses países têm em comum? Eles armam a população? Não! Eles dão educação para a população, são países com baixíssimo índice de armas, mas com uma educação de alto nível.

E quero relembrar aqui os assassinatos cometidos em escolas no Brasil e também nos Estados Unidos. E quem conhece a história sabe que os Estados Unidos, diferentemente do processo de colonização do Brasil, foram um país que se autocolonizou; e, por terem que fazer enfrentamentos e guerras - que eles mesmos promoveram as guerras civis - para se defenderem dos impostos dos britânicos, dos franceses, eles tiveram, desde o início, desde 1607, que fazer um processo de armamento da população.

Nós, diferentemente, não tivemos isso e não temos a cultura das armas.

Mas, no Brasil, quero relembrar aqui Realengo, no Rio de Janeiro, onde em 2011 doze crianças foram mortas na Escola Municipal Tasso da Silveira, e treze ficaram gravemente feridas; em Suzano, o Guilherme Monteiro e o Luiz Henrique Castro adentraram a Escola Estadual Raul Brasil e mataram sete alunos; no Texas, recentemente, nos Estados Unidos, um jovem... (TEMPO ESGOTADO)

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Mais um minuto para o Deputado.

O SR. VALDIR BARRANCO - Um jovem adentrou a escola Robb Elementary e assassinou, a sangue frio, dezenove crianças e dois professores. Não estivessem essas pessoas armadas, não teríamos esses assassinatos.

E finalizo aqui dizendo que nós temos que investir em educação, em livros, e não em armas.

E esse projeto é inconstitucional. No Supremo Tribunal Federal, nós já temos a ADI 7.072, do Estado de Rondônia; o Ministério Público Federal já exarou a sua manifestação pela inconstitucionalidade de um projeto idêntico a esse que foi aprovado lá.

Então, não vamos aprovar, não vamos armar, vamos dar educação, vamos dar livros.

E sabemos que, se aprovado, ele estará eivado de vícios e não surtirá os seus efeitos.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - *Ok.*

O Deputado Lúdio Cabral iria discutir, o Deputado Valdir Barranco falou tudo o que ele iria falar, né, Lúdio? (RISOS)

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Então, encerrada a discussão, vamos para a votação. Quem aprova o parecer favorável da Comissão de Segurança Pública permaneça como está, quem for contra se manifeste. (PAUSA) Com o voto contrário dos Deputados Lúdio Cabral, Valdir Barranco e Wilson Santos, apenas três votos contrários, os demais favoráveis... Quantos favoráveis, Zé? Por favor, conte...

O Sr. Thiago Silva - Questão de Ordem, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Estamos em votação, Deputado, por favor... Assim que terminar, eu solicito.

Então, com quatorze votos favoráveis à Comissão, três contrários, está aprovado. Vai à 2ª discussão.

Questão de Ordem, Deputado Thiago.

O SR. THIAGO SILVA - Senhor Presidente, eu gostaria de pedir, por Questão de Ordem, inversão de pauta do Projeto de Lei nº 120/2022 e do Projeto de Lei nº 1.075/2021, que já está tramitando há algum tempo nesta Casa, sobre diagnóstico precoce de esquizofrenia.

E também gostaria que fosse incluso na pauta o Projeto de Resolução nº 140/2020. E também, de acordo com o art. 156, a retirada da coautoria.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Ok.

Eu quero cumprimentar aqui o prefeito Héctor, de Mirassol, e o vereador Romeu, que estão nos visitando, obrigado pela visita ao Parlamento Estadual.

Em 1ª discussão, Projeto de Lei nº 503/2022, de autoria da Mesa Diretora, que altera dispositivos da Lei nº 11.488, de 11 de agosto de 2021, que dispõe sobre a estrutura organizacional, os cargos em comissão de direção, chefia e assessoramento, e funções de confiança da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso - ALMT. O parecer é favorável da Comissão de Trabalho, Administração Pública.

Em discussão. Oi...

(O SR. ULYSSES MORAES FALA COM O PRESIDENTE)

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Esse é da Mesa Diretora.

Concedo vista ao Deputado Ulysses Moraes.

(O SR. SECRETÁRIO PARLAMENTAR DA MESA DIRETORA FALA COM O PRESIDENTE.)

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Deputado Ulysses Moraes, esse aqui foi um TAC que foi feito com o Ministério Público, é só questão de nomenclatura de alguns cargos. Eu vou votar, como está em primeira, o senhor toma conhecimento dele, mas, na verdade, é só para regularizar algumas situações de atribuições apenas, não tem nada de criação de novos cargos.

Encerrada a discussão. Em votação. Os que aprovam permaneçam como estão. (PAUSA) Aprovado. Vai à 2ª discussão.

Em 2ª discussão, Projeto de Lei nº 182/2021, de autoria do Deputado Max Russi, que torna obrigatória a fixação de placas no sistema braile, com a indicação de sentido em que as escadas rolantes funcionam. O parecer é favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Redação.

Encerrada a discussão. Em votação. Os que aprovam permaneçam como estão. (PAUSA) Aprovado. Vai ao expediente.

Em 2ª discussão, Projeto de Resolução nº 140/2022, de autoria do Deputado Thiago Silva, que altera a Resolução nº 6.597, de 10.12.19, que “dispõe sobre e consolida as

honorarias instituídas pela Assembleia Legislativa de Mato Grosso”. O parecer é favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Redação.

O projeto tinha a coautoria do Deputado Sebastião Rezende; e o Deputado Thiago Silva solicitou a retirada da coautoria.

Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os que aprovam permaneçam como estão. (PAUSA) Aprovado. Vai ao expediente.

Em 1ª discussão, Projeto de Lei nº 257/2022, de autoria do Deputado Faissal, que dispõe sobre a dispensa de licenciamento ambiental para as farmácias convencionais e farmácias de manipulação de fórmulas magistrais e dá outras providências. O parecer é favorável da Comissão de Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Recursos Minerais.

Encerrada a discussão. Em votação. Os que aprovam permaneçam como estão. (PAUSA) Aprovado. Vai à 2ª discussão.

Em 2ª discussão, Projeto de Lei nº 328/2021, de autoria do Deputado Xuxu Dal Molin, que institui o Código de Processo Administrativo do Estado de Mato Grosso. O parecer é favorável da Comissão de Trabalho e Administração Pública, bem como da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, acatando as Emendas de nºs 2, 4 e 5; e prejudicando as Emendas nºs 1 e 3.

Em discussão.

(ORADOR NÃO IDENTIFICADO FALA COM O PRESIDENTE.)

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - O projeto é do Deputado Xuxu Dal Molin e institui o Código de Processo Administrativo. (FALAS SOBREPOSTAS)

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Encerrada... Oi...
(ORADOR NÃO IDENTIFICADO FALA COM O PRESIDENTE.)

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Estamos em discussão. O que o senhor quer? Pode votar?

(ORADOR NÃO IDENTIFICADO FALA COM O PRESIDENTE.)

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Então, em votação. Os que aprovam permaneçam como estão, os contrários se manifestam. (PAUSA) Aprovado por unanimidade. Vai ao expediente.

Em 1ª discussão, Projeto de Lei nº 475/2022, de autoria do Deputado Delegado Claudinei, que dá o nome de “Shigueru Kawamura” à Rodovia Estadual MT-383. O parecer é favorável da Comissão de Infraestrutura Urbana e de Transporte.

Encerrada a discussão. Em votação. Os senhores Deputados que aprovam permaneçam como estão. (PAUSA) Aprovado. Vai à 2ª discussão.

Em 2ª discussão, Projeto de Lei nº 360/2021, de autoria do Deputado Max Russi, que dispõe sobre a digitalização de históricos escolares das escolas públicas estaduais no âmbito do Estado de Mato Grosso e dá outras providências. O parecer é favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Redação.

Encerrada a discussão. Em votação. Os que aprovam permaneçam como estão. (PAUSA) Aprovado. Vai ao expediente.

Em 2ª discussão, Projeto de Lei nº 1.186/2021, de autoria da Deputada Janaina Riva, que estabelece a obrigatoriedade de contratação de cantores, instrumentistas, bandas ou conjuntos musicais locais nos shows...

(O SR. PRESIDENTE FALA COM O SECRETÁRIO PARLAMENTAR DA MESA DIRETORA.)

O Sr. Lúdio Cabral - Eu vou pedir pela ordem, na hora que o senhor concluir essa votação, tá? Uma inversão de pauta depois.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Esse aqui é aquele projeto que nós estamos discutindo, eu coloquei um substitutivo nele. É que o projeto da Janaina, na verdade, ela está destinando...

(O SR. PRESIDENTE FOLHEIA O PROJETO E FALA COM O SECRETÁRIO PARLAMENTAR DA MESA DIRETORA.)

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Acho que quase tudo, né?... Como que é? Quantos?

(O SR. SECRETÁRIO PARLAMENTAR DA MESA DIRETORA FALA COM O PRESIDENTE.)

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Ela colocou...

O Sr. Xuxu Dal Molin - Presidente Eduardo Botelho, só uma questão de ordem.

Enquanto vocês discutem aí, eu vou me ausentar e vou ficar *on-line*.

Eu só queria dizer que esta Casa de Leis contribuiu com a aprovação ontem da MP 1.104/2021.

E eu estou muito feliz, um dos projetos mais importantes para a regularização fundiária do Brasil, a ideia nasceu lá na Agelider, na região de Sorriso, o dono lá do cartório Nova Ubitatã, o Becker... É simples, Botelho, aquelas áreas em que não se discute mais a posse na Justiça, mas, sim, alguma questão pecuniária, juros, Deputados, ela já vai direto para a titularização, uma ideia que nós encaminhamos para o Mapa, para o Incra, eles responderem e ontem foi votado.

Isso é mais de 70%, falam em 60%, eu acredito que mais de 70% dos assentamentos do nosso Brasil vão poder receber título do Governo Federal a partir de uma medida que Mato Grosso e esta Casa contribuam. E eles vão poder já expedir os títulos e deixar a discussão jurídica, porque o expropriado não discute mais a posse, discute a questão pecuniária; já tem lá os depósitos, as garantias.

Então, eu fico feliz de mais uma ideia que nós construímos... A ministra Tereza Cristina ajudou muito, o Nabhan, todos, o presidente Bolsonaro, a FPA, porque nós defendemos o homem, a mulher do campo, não interessa o tamanho; está no campo, tem que ter apoio e título da terra definitivo.

Obrigado a todos, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - *Ok*.

Então, dando continuidade à votação do Projeto de Lei nº 1.186/2021, da Deputada Janaina Riva, que estabelece a obrigatoriedade de contratação de cantores...

O problema é que no projeto da Deputada Janaina Riva, ela não definia valores, então, quer dizer, se você põe que hoje tem que contratar cantores regionais... E estava dando a entender que poderia pagar qualquer valor. E nós colocamos um substitutivo dizendo que 70% podem ser usados para cantores nacionais e 30% serem utilizados para cantores regionais, para shows regionais.

Eu acho que é o mínimo que tem que ser feito, tem local que gasta setecentos, oitocentos mil, e depois gasta vinte com os cantores daqui, pagando mil reais. E parece que estão fazendo favor para o cara ao abrir um espaço para ele, tem gente que... Eu já vi cara falando: "Não, nós estamos deixando você cantar aqui..." É uma falta de respeito total. Então, eu acho que é o mínimo.

Em discussão...

O Sr. Wilson Santos - Presidente, só o seguinte...

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Oi?... Cabe vista, eu concedo vista ao Deputado Lúdio Cabral.

O SR. WILSON SANTOS - Só dizer para os municípios capricharem mais na contratação, porque tem cantor ruim que vem também em nível nacional, cada musiquinha *cainham-cainham*, ordinária. E isso vai influenciando a cabeça do povo para pegar gosto por coisas de mau gosto.

Eu não vejo trazer grandes cantores, com grandes composições, música clássica, MPB, é uma sofrência, pelo amor de Deus!

Prefeitos, vamos caprichar aí, vamos trazer gente melhor, de qualidade.

E está certo, valorizar o pessoal daqui, o pessoal daqui está quebrado, gente; vamos dar uma ajuda, o senhor está certo, o senhor fez uma emenda importante.

Porque se continuar assim, eu vou virar cantor também aqui neste estado, Excelência... Está na hora. (RISOS)

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Não, mas eu acho que ficou uma distribuição boa, viu, Lúdio? 70% e pelo menos 30% para usar para os nossos regionais, eu acho que está bem justo, pelo menos isso. É o mínimo que nós estamos colocando, como mínimo, não quer dizer que tem que ser, se quiser colocar mais, pode; mas o mínimo é 30%.

Então... mas o Lúdio pediu vista. Estou concedendo vista de cinco dias ao Deputado Lúdio; espero que o senhor não mexa no projeto. (RISOS)

Em 2ª discussão, Projeto de Lei nº 1.143/2021, de autoria do Deputado Max Russi, que dispõe sobre o prazo para análise da prestação de contas e para repasse dos recursos financeiros à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAEs, Pestalozzi e afins no âmbito do Estado de Mato Grosso. O parecer é favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Redação.

O Sr. Wilson Santos - Vou pedir vista, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Concedo vista de cinco dias ao Deputado Wilson Santos.

O SR. WILSON SANTOS - Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Em 2ª discussão, Projeto de Lei nº 811/2021, de autoria do Deputado Lúdio Cabral, que designa o Ipê Amarelo como árvore símbolo do aleitamento materno no Estado de Mato Grosso, e dá outras providências. O parecer é favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Redação.

Encerrada a discussão. Em votação. Os que aprovam permaneçam como estão. (PAUSA) Aprovado. Vai ao expediente.

Em 1ª discussão, Projeto de Lei nº 1.075/2021, de autoria do Deputado Thiago Silva, que dispõe sobre avaliação para diagnóstico precoce da esquizofrenia no Estado de Mato Grosso e dá outras providências. O parecer é favorável da Comissão de Saúde, Previdência e Assistência Social.

Encerrada a discussão. Em votação. Os que aprovam permaneçam como estão. (PAUSA) Aprovado. Vai à 2ª discussão.

Em 2ª discussão, Projeto de Lei nº 77/2019, de autoria do Deputado Valdir Barranco, que dispõe sobre a proibição, a comercialização de produtos que colaborem para a obesidade, diabetes, hipertensão, em cantinas e similares instalados em escolas públicas e privadas do Estado de Mato Grosso. O parecer é favorável da Comissão de Saúde, Previdência e Assistência Social nos termos do Substitutivo Integral nº 01, acatando a Emenda nº 01, restando prejudicados os Projetos de Lei nºs 222/2019, 1.140/2019, 998/2021, apensos. O parecer é favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, nos termos do Substitutivo Integral nº 01, restando prejudicados a Emenda nº 01 e os Projetos de Leis nºs 222/2019, 1.140/2019 e 998/2021.

Encerrada a discussão. Em votação. Os que aprovam permaneçam como estão.
(PAUSA) Aprovado. Vai à redação final. (LÊ-SE: VAI AO EXPEDIENTE)
(O SR. PRESIDENTE FALA COM O SECRETÁRIO PARLAMENTAR DA MESA DIRETORA.)

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Então, como não teve emenda nenhuma, vai ao expediente.

Em 2ª discussão, Projeto de Lei nº 400/2019 (LÊ-SE: PROJETO DE LEI Nº 456/2019), de autoria do Deputado Dr. João, que obriga os empreendedores imobiliários a disponibilizarem informações completas aos consumidores a respeito de seus empreendimentos colocados no mercado. O parecer é favorável da Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte e da Comissão de Comissão, Justiça e Redação, prejudicando os Projetos de Lei nºs 729/2020 e 12/2021.

Encerrada a discussão. Em votação. Os que aprovam permaneçam como estão.
(PAUSA). Aprovado. Vai ao expediente.

Em 2ª discussão, Projeto de Lei nº 467/2019, de autoria do Deputado Elizeu Nascimento, que dispõe sobre as obras públicas estaduais ou em parceria, paralisadas, inacabadas, desativadas e dá outras providências. O parecer é contrário da Comissão de Constituição, Justiça e Redação.

Encerrada a discussão. Em votação. Os que aprovam permaneçam como estão.
(PAUSA) Aprovado. Vai ao arquivo.

Em 2ª discussão, Projeto de Lei nº 787/2020, de autoria do Deputado Dr. João, que dispõe sobre a obrigatoriedade do registro no Boletim de Ocorrência do campo “raça e cor”. O parecer é favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Redação.

Encerrada a discussão. Em votação. Os que aprovam permaneçam como estão.
(PAUSA) Aprovado. Vai ao expediente.

O Sr. Wilson Santos - Põe o item 35, por gentileza, Presidente, se puder inverter a pauta, só esse que quero pedir e um requerimento meu...

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Em 2ª discussão, Projeto de Lei nº 185/2021, de autoria do Deputado Eduardo Botelho, que institui a campanha de conscientização contra a automedicação animal no âmbito do Estado de Mato Grosso. O parecer é favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Redação.

Encerrada a discussão. Em votação. Os que aprovam permaneçam como estão.
(PAUSA) Aprovado. Vai ao expediente.

Em discussão única, requerimento de autoria dos Deputados Delegado Claudinei e Wilson Santos, requerendo uma audiência pública para o dia 5 de agosto, às 14 horas, no Plenário das Deliberações, para discutir e buscar soluções para a violência institucional e física contra os povos originários do Parque Indígena do Araguaia (etnias: Carajás, Canelas, Tapirapé, Xavante, Javae).

Encerrada a discussão. Em votação. Os que aprovam permaneçam como estão.
(PAUSA) Aprovado. Vai ao expediente.

Em discussão única, requerimento solicitando dispensa de pauta para a tramitação do Projeto de Lei nº 595/2022, de autoria do Deputado Faissal, que dispõe sobre o tratamento do lixo em aterro sanitário.

Encerrada a discussão. Em votação. Os que aprovam permaneçam como estão.
(PAUSA) Aprovado. Vai ao expediente.

Não tendo mais nada...

O Sr. Wilson Santos - O item 35, por gentileza, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Oi!

O SR. WILSON SANTOS - Tem quatros projetos meus e nenhum foi apreciado.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Mas agora...

O SR. WILSON SANTOS - Hoje basicamente só se aprovou projeto de Vossa Excelência e do 1º Secretário. E nós ficamos aqui batendo palmas. (RISOS) Por gentileza, o item 35, é um projeto importante na nossa pauta.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Mas não tem mais...

O SR. WILSON SANTOS - Item 35 da pauta, já está aí na mesa, nas mãos de Vossa Excelência.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Em 1ª discussão, Projeto de Lei nº 20/2020, de autoria do Deputado Wilson Santos, que cria o Programa de Profissionalização de Auxiliares de Enfermagem para habilitação em técnico de enfermagem no âmbito do Estado de Mato Grosso. O parecer é favorável da Comissão de Saúde, Previdência e Assistência Social.

Encerrada a discussão. Em votação. Os que aprovam permaneçam como estão. (PAUSA) Aprovado. Vai à 2ª discussão.

Só porque o senhor fez esse elogio aqui para nós... que aprovamos todos os projetos meus... (RISOS)

EXPLICAÇÃO PESSOAL

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Agora vamos para a Explicação Pessoal; primeiro inscrito, Pedro Satélite.

O SR. PEDRO SATÉLITE - Senhor Presidente, eu não poderia deixar de vir aqui, de usar a tribuna para falar mais uma vez o que já falei umas quinhentas vezes, da questão da BR-163. Eu já viajei por essa estrada, com certeza, muito mais de mil vezes esse trecho Cuiabá/Santarém, Cuiabá/Guarantã. Nesse final de semana, mais uma vez, eu percorri a BR-163.

E nós lutamos, Deputado Wilson Santos, desde 1978, quando chegamos a Mato Grosso, para que essa rodovia saísse do papel e fosse uma realidade. E nós sonhávamos e sonhamos, quando trouxemos aqui para Mato Grosso sete, oito ministros; quando eu tive audiência com três presidentes da República; quando nós fizemos três caminhonaços de Cuiabá a Santarém para mostrar ao Brasil a importância dessa rodovia para o desenvolvimento do Estado de Mato Grosso.

Nós sonhávamos com uma rodovia, e essa rodovia se chamaria rodovia da integração, rodovia da vida, rodovia do desenvolvimento e, infelizmente, hoje ela mudou de nome e se chama rodovia da morte. Rodovia da morte pela incompetência, eu diria aqui, da classe política. (O SR. DILMAR DAL BOSCO ASSUME A PRESIDÊNCIA.)

O SR. PEDRO SATÉLITE - E não adianta nós acharmos responsáveis, que lá para trás roubaram, que fizeram isso, que fizeram aquilo; tem que resolver agora. Mas infelizmente o que se vê, lá no Congresso Nacional, nossos representantes, desde o Senado da República e os oito deputados federais, o que se vê muito, Deputado Dilmar Dal Bosco, é videozinho; gravam um vídeo mostrando o buraco da rodovia, as mortes que acontecem; é isso o que mais se vê e o que mais se divulga. Mas atitudes não são tomadas.

Eu duvido, se lá no Congresso Nacional os três senadores e os oito deputados federais se unissem e fossem falar com o presidente da República... Um decreto tira essa concessionária que está aí, coloca outra e faz uma nova licitação. E estaria resolvido o problema.

Já se passaram três, quatro anos, que essa concessionária quis e quer entregar e não se ajeita, não se arruma um jeito jurídico para resolver isso. Quantas pessoas ainda vão ter que morrer para que isso seja resolvido?

Então, eu coloco que não somos nós aqui, Dilmar Dal Bosco; a Assembleia Legislativa cobra, nós não temos competência, não podemos resolver isso, e você sabe muito bem que quando nós vamos lá para a região, somos cobrados, como se o Deputado Estadual, Deputado Wilson Santos, tivesse competência para resolver isso. Se nós tivéssemos competência, quem sabe já estaria resolvido, mas infelizmente cabe ao Governo Federal, ao Congresso Nacional, ao Poder Judiciário, ao Poder Judiciário, ao Poder Judiciário, repito aqui.

Então, infelizmente, nós estamos perdendo vidas todo dia, toda semana, e até quando isso vai continuar?

Sinceramente, eu entendo que uma maneira para resolver seria essa atitude dos nossos representantes em nível de Senado da República. E não adianta individualmente um postar videozinho, “Oh! Um absurdo, uma vergonha”, é isso e aquilo. Isso não vai resolver, mas quero ver pegar os oito deputados federais, Deputado Wilson Santos, o senhor foi deputado federal, pegar os oitos deputados federais, os três senadores... E todos querem resolver, mas tem que ser tomada uma atitude em conjunto; individualmente, não vai se chegar a lugar nenhum.

Portanto, eu manifesto aqui nesta tribuna a minha indignação. E tenho certeza de que se isso fosse feito, já estaria resolvido. Basta um decreto do presidente da República e se resolve isso, sim.

Obrigado, senhor Presidente, Deputado Dilmar Dal Bosco, por ter nos ouvido, mas é um desabafo, Deputado Dilmar.

E nós não temos o que fazer, as pessoas chegam lá na região e pedem: “E aí o que vocês estão fazendo para resolver o problema da BR-163?” Nós temos que ter coragem de mostrar de quem que é a culpa; a culpa não é do governador Mauro Mendes, não é minha, mas, ao mesmo tempo, ela é de todos nós. Nós temos que contribuir e ajudar, mas na verdade quem resolve é o Congresso Nacional e o Governo Federal.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (DILMAR DAL BOSCO) - Obrigado, Deputado Pedro Satélite, que sempre defendeu as lutas da nossa BR-163. E agora, com muita felicidade para todos nós, além de Deputado Estadual atuante, está colocando o nome dele como pré-candidato a federal também para ajudar mais no Congresso Nacional.

Obrigado, Deputado Pedro Satélite.

Com a palavra, o grande amigo, Deputado Wilson Santos.

O SR. WILSON SANTOS - Amigo e líder do governo nesta Casa, Deputado Dilmar Dal Bosco.

Eu subo aqui para tentar, senhor Presidente, elucidar uma dúvida que está sobre a cabeça da população mato-grossense: o peixe pintado está ou não está proibido de pesca em Mato Grosso, na bacia do Alto Paraguai?

Essa confusão toda foi criada pela Portaria nº 148 do Ministério do Meio Ambiente, publicada no dia 07 de junho do corrente ano. Isso é, há 15 dias, o Ministério do Meio Ambiente publicou essa portaria que está no Diário Oficial da União.

Senhor Presidente, o que é que diz a portaria? A portaria classifica o pintado, que em nível nacional é conhecido como surubim, esse é o apelido dele, o apelido é surubim, mas o nome científico é *Pseudoplatyatomia Coruscans*; esse foi classificado no nível de vulnerável.

Para entendermos essas classificações, eu recorro à portaria do mesmo Ministério, a de nº 445, do dia 17/12/2014; lá, ela explica “as espécies constantes da lista”, essa é a chamada lista vermelha, “conforme anexo I desta portaria, classificadas nas categorias: primeira - extintas na natureza; segunda - criticamente em perigo; terceira - em perigo; e quarta - vulnerável”.

Então, o Ministério do Meio Ambiente usa quatro níveis para classificar animais brasileiros que estão em risco de extinção ou em vulnerabilidade. São quatro classificações e eu vou repetir quais são elas: primeira - extintas na natureza, animais que já estão extintos na natureza, quer dizer, não correm mais risco nenhum, já foram extintos, claro que de forma dolosa; segunda - criticamente em perigo, são centenas de animais que estão na classificação criticamente em perigo; terceira classificação - animais que correm risco, estão em perigo; e a última, vulnerável.

Bom, “para as espécies ameaçadas classificadas na categoria vulnerável, poderá ser permitido o uso sustentável”.

Então, prestem bem atenção, você que é pescador, você que é dirigente de colônia de pescadores, técnicos da Secretaria de Meio Ambiente: mesmo estando classificado lá no último patamar, de vulnerável, não está criticamente em perigo, não está em perigo nem está extinto, lá, o mais leve nível, vulnerável; esse - no caso do pintado - pode ser pescado, desde que atendidas algumas condições. E quais são elas?

Primeira condição: não ter sido classificado - o pintado - como ameaçado de extinção desde a avaliação anterior. Isso não aconteceu.

Então, o pintado, o surubim, nunca esteve na classificação de ameaçado de extinção; II - estar em conformidade com a avaliação de risco de extinção de espécies; III - existência de dados de pesquisa ou monitoramento que subsidiem tomada de decisão sobre o uso e conservação da espécie na área a ser autorizada.

Neste caso aqui, o pintado tem da Embrapa Pantanal, que fez recentemente um senso sobre a presença desse animal nos rios da bacia do Alto Paraguai.

Secretaria de Serviços Legislativos Então, nós temos, sim, dados e pesquisas que podem monitorar.

E, por último, penúltimo, a adoção de medidas de preservação dessas espécies, de mitigação, de redução de ameaças, incluindo aquelas decorrentes de recomendações internacionais.

E, por último, adoção de medidas indicadas nos PAN aprovados, quando existentes.

Então, senhor Presidente, estou contactando o Ministério do Meio Ambiente para que possamos desenvolver todas essas exigências, essas condicionantes, e deixar aqui o nosso peixe pintado em condições de continuar sendo saboreado, porque é uma delícia a mojica de pintado; seja ele frito, seja ele ensopado, em cubinhos com a mandioca, aquele caldo grosso; a mojica é um dos pratos mais tradicionais aqui da bacia do Alto Paraguai; o filé do pintado, ao vinagrete, ele frito, ele assado. Então, o pintado é muito desejado, é uma delícia o pintado.

E, segundo essa pesquisa da Embrapa Pantanal, o pintado tem um estoque pesqueiro aqui considerável, não está em risco, não corre perigo e sequer é vulnerável.

Então, eu estou comunicando aqui à sociedade que nós estaremos tomando as providências necessárias para fazer o devido enquadramento exigido por lei, para que nós, pescadores profissionais, pescadores amadores, artesanais, os apreciadores desta iguaria, desta delícia da mesa mato-grossense, pantaneira, possam continuar desfrutando, é claro, de maneira moderada, de maneira respeitável.

Foi isso que motivou a minha vinda nesta Explicação Pessoal, Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (DILMAR DAL BOSCO) - Obrigado, Deputado Wilson Santos, por fazer essa demanda, que Vossa Excelência falou aqui na tribuna de fazer esse encaminhamento ao Ministério de Meio Ambiente, pedindo as providências. Até então, a sociedade está entendendo que está proibido, e, conforme a lei, não está ainda.

Então, tem que agora pedir realmente esclarecimentos sobre a decisão feita nessa portaria.

ENCERRAMENTO DA SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (DILMAR DAL BOSCO) - Não tendo ninguém mais inscrito, declaro, então, encerrada a presente sessão.
(LEVANTA-SE A SESSÃO)

(COMPARECERAM À SESSÃO OS SEGUINTE SRS. DEPUTADOS: BLOCO ASSEMBLEIA FORTE: DILMAR DAL BOSCO, EDUARDO BOTELHO, ULYSSES MORAES, PAULO ARAÚJO, DR. GIMENEZ, SILVANO AMARAL, DR. JOÃO, PEDRO SATÉLITE, WILSON SANTOS, NININHO, THIAGO SILVA, XUXU DAL MOLIN E CARLOS AVALLONE. BLOCO RESISTÊNCIA DEMOCRÁTICA: JANAINA RIVA, DELEGADO CLAUDINEI, JOÃO BATISTA DO SINDSPEN, VALDIR BARRANCO E LÚDIO CABRAL. BLOCO PARLAMENTARES UNIDOS: ELIZEU NASCIMENTO, DR. EUGÊNIO, FAISSAL, MAX RUSSI, VALMIR MORETTO E GILBERTO CATTANI.)

Revisão: Dircilene Rosa Martins;

Ivone Borges de Aguiar Argüelio;

Rosivânia Ribeiro França;

Secretaria Solange Aparecida Barros Pereira.

SSI



ALMT
Assembleia Legislativa